

SUMÁRIO

2	ENTREVISTA Yeda Crusius — Governadora do Rio Grande do Sul
7	ALAGOAS Implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública
10	AMAZONAS Governo do Estado do Amazonas investe amplamente em gestão de recursos humanos
12	BAHIA Foco é racionalizar máquina e melhorar prestação de serviços ao cidadão
15	CEARÁ Gestão participativa na Terceira Idade
17	DISTRITO FEDERAL Administração Compartilhada
20	ARTIGO - Fernando Luiz Abrucio e Hironobu Sano O difícil e necessário papel do Consad
22	CONSAD Balanco Legislativa
25	ESPÍRITO SANTO Programa de Qualidade no Atendimento: uma diretriz do Governo do ES
28	GOIÁS Projeto vai erradicar analfabetismo entre servidores públicos estaduais
30	MARANHÃO Governo do Estado lança política de valorização do servidor público
32	MATO GROSSO Mato Grosso Saúde atende a 42 mil usuários em três anos de funcionamento
36	MINAS GERAIS - ARTIGO Renata Maria Paes de Vilhena - Estado para resultados
39	PARÁ Qualidade, inovação e gestão participativa balizam programa de governo
42	PARAÍBA Sistema permite acompanhamento de processos pelo celular
44	PARANÁ Secretaria da Administração se firma como o órgão de gestão do Paraná
47	ARTIGO - Jussara Mattiello Diversificação energética, um novo enfoque na Gestão Patrimonial do RS
48	PERNAMBUCO Secretaria de Administração de Pernambuco instala Mesa Permanente de Negociação
50	PIAUÍ A questão ambiental como componente da gestão pública
52	RIO GRANDE DO NORTE Rio Grande do Norte cria curso de especialização em gestão pública
54	RIO GRANDE DO SUL Gaúchos são pioneiros na emissão de Nota Fiscal Eletrônica
56	ARTIGO - Maria Leonor Luz Carpes A necessária modernização administrativa
58	RORAIMA Modernizando e informatizando - Roraima garante o futuro capacitando servidores
61	SANTA CATARINA Santa Catarina descentraliza para economizar e promover desenvolvimento
63	SÃO PAULO A eficiência da gestão pública
65	SERGIPE Sead melhora aproveitamento dos recursos públicos de Sergipe
68	TOCANTINS Valorizando a prata da casa

EDITORIAL



Reitero meus agradecimentos aos conselheiros pela confiança depositada em mim para presidir pela segunda vez consecutiva o Conselho. Nesta segunda gestão, o desafio é ainda maior, pois, graças ao empenho do Consad, o tema “Gestão” começou a tomar ainda mais a pauta no cenário nacional. O grande número de novos Secretários no Conselho vem reafirmar a enorme importância do compartilhamento de informação para que esses possam ter condição de aproveitar as experiências de outros estados, sem perder tempo com a implementação das novas políticas de gestão. Por esse importante papel em busca da Gestão Pública de qualidade, o Consad tornou-se uma entidade respeitada nacionalmente, ousando até dizer que somos hoje o Conselho de secretários mais estruturado do Brasil, com responsabilidade ainda maior por acrescentarmos viés político a essa gestão. Com isso se faz necessária a intensa participação da diretoria e dos membros do Consad para, juntos, delinear os projetos para mais esta legislatura.

Como parte desse processo, a revista do Consad é um dos meios pelos quais se divulgam essas novas experiências. A edição traz, além das matérias dos estados, uma entrevista com a governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, estado onde será realizado o LXVI Fórum do Consad. Após a participação recorde de secretários no último fórum em Brasília, esperamos reunir todas as unidades federativas em Gramado (RS) para, num corpo só, buscar e levantar ainda mais a bandeira da Gestão Pública.

Geraldo de Vito Júnior

Presidente do Consad



Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração

Yeda Crusius

Governadora do Rio Grande do Sul

Yeda Crusius (PSDB) foi eleita para o governo do Rio Grande do Sul com 53,94% dos votos. A economista entrou para a história do Rio Grande do Sul como a primeira mulher a assumir o governo do estado. Yeda Rorato Crusius é formada em Economia pela Universidade de São Paulo, pós-graduada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da USP e pela Universidade de Vanderbilt (EUA). Iniciou sua carreira acadêmica ainda em São Paulo, lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde ocupou cargos de chefia e coordenação, além de ser diretora da Faculdade de Economia da UFRGS, entre 1991 e 1992. Sua carreira política partidária foi iniciada em 1990, ao ingressar no PSDB. Durante o governo de Itamar Franco, em 1993, Crusius foi ministra do Planejamento, Orçamento e Coordenação, tendo sido eleita à Câmara dos Deputados no ano seguinte e reeleita em 1998 e 2002, quando obteve sua maior votação para o Congresso - 170 mil votos. Em entrevista à revista *Governança e Desenvolvimento*, Yeda Crusius conta como está fazendo para redesenhar a máquina do estado e as alternativas utilizadas para sanar déficits e implantar uma gestão pública eficiente no estado.

Após ser eleita, a senhora se surpreendeu com a situação financeira em que encontrou o Rio Grande do Sul? Como se preparou para enfrentar os problemas do estado? Buscou ajuda em projetos de gestão adotados em outros estados?

O estado vem enfrentando déficits primários e orçamentários recorrentes em suas finanças desde a década de 70. Ao assumir o governo, encontramos em caixa R\$ 2 milhões, e a dívida herdada com os credores passava de R\$ 1,5 bilhão. A dívida consolidada líquida do estado com a União fechou 2006 em R\$ 33,7 bilhões. Em 2007, o RS pagará R\$ 1,8 bilhão ao governo federal. O déficit projetado para este ano é de cerca de R\$ 2 bilhões.

Nosso governo já está pondo em prática medidas necessárias, como o realismo orçamentário e a transparência total em relação às finanças públicas do estado. Entretanto, é importante frisar que a crise fiscal do

Rio Grande do Sul é distinta e mais aguda do que a de qualquer estado brasileiro. Por isso, o esforço fiscal para equacionar o déficit também é mais forte do que outras unidades da Federação. Cortamos 30% do custeio de todas as secretarias e reduzimos em 20% o valor dos cargos comissionados. Estamos trabalhando, também, numa gestão mais eficiente das despesas, identificando áreas nas quais se pode economizar mais sem comprometer a oferta de serviços públicos. Há também a questão da modernização do sistema de arrecadação para aumentar o nível de receita e a renegociação das dívidas com os fornecedores.

Logo no início de sua gestão, a senhora instituiu as câmaras setoriais de políticas públicas como importante instrumento de planejamento estratégico. Como está o andamento desse projeto?

Estamos obtendo os melhores resultados com esse

redesenho da máquina estatal gaúcha. O trabalho conjunto em câmaras setoriais reunindo diversas secretarias num mesmo fórum acaba com paralelismos e sobreposições de funções e concorre para que se invistam com mais critério os recursos gerados pelos contribuintes. É importante assinalar que isso não significa sacrifício de nenhum dos serviços públicos prioritários para a sociedade rio-grandense. Além disso, é necessário assinalar que pela primeira vez neste estado um governo cumpre um dos principais itens da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que determina a publicação da programação financeira anual e o cronograma bimestral de desembolso dos recursos públicos. Por outro lado, já negocie com os diferentes setores da sociedade e tive aprovado um conjunto de medidas tendente a equilibrar as finanças do Rio Grande do Sul. O objetivo é o de incentivar a competitividade e o crescimento econômico.

Como está o relacionamento da senhora com outras esferas de governo? Esse relacionamento tem contribuído para a sua gestão?

O relacionamento com os demais poderes constituídos é pautado, como manda a Constituição, pela independência e harmonia de ações. Para exemplificar, há menos de um mês obtive na Assembléia Legislativa, pela expressiva maioria de 40 votos a 13, a aprovação de toda uma reestruturação da máquina pública do Rio Grande do Sul. É evidente que, com a gravíssima situação financeira que herdamos, volta e meia surjam aqui

e ali tensões e desgastes. Nada no entanto que não possa ser resolvido e superado por meio do diálogo respeitoso e franco. Registre-se que pela primeira vez na história do estado os demais poderes aceitaram compartilhar o esforço de redução de gastos orçamentários, entendendo a gravidade de nossa situação.

Desde o começo do governo, a senhora vem enfrentando problemas para colocar a casa em ordem. Apesar do pouco tempo de governo, muitas medidas já foram tomadas. A senhora já pode apontar resultados positivos da nova política implantada no estado? Quais as medidas tomadas para conter as despesas públicas e de combate ao déficit orçamentário?

Como já disse, o governo vem adotando uma série de medidas, tanto pela lado da despesa quanto da receita, para combater o déficit, além de um grande esforço de modernização da gestão. Pelo lado da despesa, temos medidas de contenção de gastos e de racionalização de processos que devem resultar em uma economia de R\$ 450 milhões. Estabelecemos em R\$ 1,037 bilhão o limite para os gastos com custeio do Poder Executivo com recursos próprios do Tesouro neste ano. Os cortes oriundos da reprogramação das cotas orçamentárias foram efetuados em todas as áreas, de acordo com as especificidades de cada secretaria, e representam uma redução de R\$ 303 milhões (22,6%) sobre os valores empenhados em 2006. Essa iniciativa somada a outras ações, como redução de gastos com



Jefferson Benades/Palácio Pimíni

CCs, centralização de dívidas e implementação do Regime de Caixa, mais um amplo programa de racionalização da despesa, contribuirá para atingirmos a meta de R\$ 450 milhões de redução de despesas neste ano. Em parceria com o PGQP, está sendo realizado um trabalho em três frentes: o gerenciamento matricial da despesa, a modernização de processos e a reestruturação administrativa. Mas não adianta só diminuir despesas, precisamos também aumentar a receita. Para isso, há também a adoção de uma série de iniciativas que devem resultar em R\$ 500 milhões de incremento. Entre elas estão o Programa de Crescimento Incentivado (Cresce RS) para estimular os setores econômicos com reduções de alíquotas setoriais, desde que haja a garantia de crescimento da arrecadação, a ampliação da cobrança do diferencial de alíquota na fronteira, que permitirá a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial de alíquota existente entre as aquisições interestaduais (tributadas a 12%) e as aquisições internas (tributadas a 17%), além da instituição da substituição tributária para novos produtos. Com este conjunto de medidas, a previsão é de redução do déficit para R\$ 1 bilhão ao final deste ano.

Há algum trabalho no sentido de recuperar a malha viária e incrementar a capacidade logística do estado?

Após estudos conjuntos entre Secretaria de Infra-Estrutura e Logística, ficou estabelecido elencar sete programas referentes à malha rodoviária gaúcha:

RS Prioridades - obras, na maioria, quase concluídas e com grande importância. Ex: Rota do Sol;

RS Investimentos - conjunto de obras viárias hoje relacionadas ao setor de celulose;

RS Acessos Municipais - ligações asfálticas em aproximadamente 115 municípios;

RS Protege - rodovias com obras iniciadas e paralisadas com necessidade de proteção no serviço realizado anteriormente;

RS Conservação/Manutenção - programa permanente em toda malha rodoviária estadual;

RS Poliédricos - pavimentação de pequenas extensões com paralelepípedo

Capacidade Logística - investimentos nos segmentos: Rodoviário - RST-471, portos e hidrovias, com obras de modernização e aumento de calado.



A senhora acha que a busca de alternativas, pelos estados, de modelos diferenciados de financiamento em organismos internacionais para melhoria da gestão como forma de gerir o estado é uma necessidade (saída) para o Brasil atual?

Temos um exemplo recente do bom resultado da busca de alternativas junto a organismos internacionais. Obtivemos o aval do governo federal, da Secretaria do Tesouro Nacional, para iniciar junto ao Banco Mundial a discussão de alternativas para o Programa de Reestruturação da Dívida Pública. Esse programa é uma das nossas principais estratégias para

equilibrar as finanças públicas. O começo da discussão de um projeto junto ao Bird e o aval da Secretaria do Tesouro Nacional só foram possíveis porque ficou claro o comprometimento deste governo em cumprir uma série de metas de ajuste, que incluem o aumento de receitas, a redução de gastos e a modernização da gestão pública. Depois da sinalização positiva do governo federal, estamos agora na fase de definição, junto ao Banco Mundial, do perfil da operação. Para isso foi criado um grupo formado por representantes do governo do estado e do banco. Esse grupo vai elaborar a carta-consulta, um processo que deve levar aproxi-



madamente um ano. Estamos buscando junto ao Bird um financiamento que pode chegar a US\$ 500 milhões. Nossa expectativa é receber a metade no início da operação e o restante em parcelas condicionadas às metas de ajuste fiscal, de modernização da gestão pública e desenvolvimento econômico, que são os eixos deste governo. Nossa disposição em promover o ajuste fiscal, e, com isso, retomar o processo de desenvolvimento do estado, foi reconhecida por representantes do Bird, que destacaram que o projeto do Rio Grande do Sul deve ser um dos carros-chefes do banco no Brasil.

A senhora acha necessário buscar alternativas para a revisão do pacto federativo e do custo das dívidas públicas dos estados?

Sim. Acreditamos ser necessária uma reavaliação da distribuição dos recursos da União entre os estados, de forma harmônica e equilibrada. E este momento de uma discussão nacional em torno da necessidade de uma reforma tributária é bastante produtivo para ampliarmos o debate sobre a centralização de recursos pelo governo federal, que contribui para a grave crise financeira que a maioria dos estados brasileiros enfrenta. Esse é um bom momento para o governo federal construir uma distribuição mais justa de recursos com os estados e também avaliar o peso que as dívidas têm sobre as finanças estaduais.

O Consad teve uma importante participação na elaboração do projeto de lei que trata da Lei de Licitações, encaminhado ao Congresso Nacional. Qual a opinião da senhora sobre essa nova proposta, que tem como objetivo tornar mais ágil, célere e transparente o processo de licitação no país? Se aprovada, a nova lei ajudará sua gestão no estado?

As alterações propostas para a Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) são bem-vindas e oportunas, pois têm como objetivo modernizar e atualizar a Lei das Licitações, que data de 1993. O Projeto de Lei 7.709/07, encaminhado ao Congresso Nacional, se aprovado, tornará as licitações mais ágeis e transparentes. A inversão de fases das licitações, com a análise da documentação apenas do licitante que ofertou o menor preço, reduz significativamente o número de recursos, impugnações e conflitos entre os licitantes, tendo como consequência a redução do prazo de conclusão dos procedimentos licitatórios. A utilização da internet como meio de divulgação dos editais e a adoção do Pregão Eletrônico para todas as modalidades de licitação darão maior transparência e facilitarão o acompanhamento de todas as fases do procedimento licitatório pela sociedade.

O Consad, por meio do Fórum do Conselho realizado a cada três meses, tem trazido o tema Gestão Pública a debate em todas as esferas da sociedade e de governo. Como a senhora vê essa iniciativa do conselho?

O Consad se constitui em um ente de responsabilidade ímpar na construção do processo de modernização da Gestão Pública no Brasil. Por meio da instituição dos fóruns, proporciona ambientes de compartilhamento técnico, elucidando experiências concretas de governos inovadores. Tais eventos convergem para o enriquecimento do debate e para

a necessária reflexão crítica sobre os processos de transformação em andamento na gestão pública no Brasil.

Um outro importante trabalho desenvolvido pelo Consad é sobre gestão de pessoas, que vai desde funções típicas de carreiras de Estado, passando por remuneração até avaliação de desempenho do servidor. A senhora implantou algum trabalho neste sentido (gestão de pessoas) no estado?

O estado adquiriu um sistema de RH-RHE que prevê o módulo planejamento, além da folha de pagamento, possibilitando a realocação de pessoas de acordo com o perfil do servidor, aliado às necessidades do estado. Está previsto para 2008 a realização de um diagnóstico de recursos humanos do estado do Rio Grande do Sul com análise quantitativa e qualitativa do quadro funcional e reestruturação das carreiras do estado.

Além disso, estamos implementando a Escola de Governo. Já existem escolas institucionais, como a Academia de Polícia Civil, Brigada Militar, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Instituto Geral de Perícias, bem como a Escola-Piloto Fazendária, que permitem intensificar esse processo com cursos de especialização a distância, sempre buscando a qualificação do servidor.

A reestruturação administrativa está alicerçada no alinhamento dos processos organizacionais, visando à análise dos fluxos dos processos de trabalho, buscando melhores práticas no atendimento, adequando os recursos humanos do estado a essa nova formatação num projeto de gestão de pessoas.

Hoje, a avaliação de desempenho está voltada para promoções por merecimento e antigüidade, previstas em legislações de Quadros de Pessoal. Na Procura-

doria-Geral do Estado e na Secretaria de Estado da Fazenda já existe avaliação de desempenho com estabelecimento de metas a serem atingidas, com efeito de gratificação de produtividade, constantes em leis específicas.

Vamos viabilizar, ainda, a implantação do processo de avaliação institucional, por meio do Pnag, que objetiva fortalecer a tecnologia de informação das Secretarias da Administração e dos Recursos Humanos e de Planejamento e Gestão.

Qual a medida que vem sendo tomada para fortalecer o agronegócio no estado?

Tenho procurado apoiar por todas as formas o setor primário e a agroindústria. A maior inovação é uma ampla e bem dimensionada política de irrigação, tendente a vencer o desafio das sucessivas estiagens que castigam a produção agrícola e a pecuária. Os resultados já começam a se fazer sentir. Este ano teremos a que será talvez a melhor safra da história do Rio Grande.

Governadora, a senhora é a primeira mulher a chegar ao comando do Rio Grande do Sul. Também almeja ser a primeira mulher na Presidência da República?

Não estou empenhada nisso, não faço disso uma meta pessoal ou política, mas acho que o objetivo é mais do que legítimo. Se um dia for convocada, não temerei o desafio. As mulheres já demonstraram neste país que, apesar de obstáculos e preconceitos que ainda persistem, podem prestar grandes serviços à nação em qualquer dos três poderes. Eu própria já desempenhei por 12 anos o mandato de deputada federal e exerci o cargo de ministra de Estado. Minha única ambição é a de servir a meu estado e a meu país.

“O Consad se constitui em um ente de responsabilidade ímpar na construção do processo de modernização da gestão pública no Brasil.”





Implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública

Ascom/Scarhp



Governador de Alagoas e Jorge Gerdaupeter assinam convênio do MBC

O Governo de Alagoas celebrou em abril a assinatura do convênio com o Movimento Brasil Competitivo (MBC). A solenidade reuniu autoridades em geral no Palácio República dos Palmares, onde o presidente-fundador, Jorge Gerdaupeter, expôs suas expectativas a respeito da implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) em Alagoas. Para Gerdaupeter, Alagoas é um grande desafio.

A iniciativa pretende dinamizar a administração do estado, visando a reduzir gastos e a aumentar receitas a fim de contribuir com avanços de setores como saúde e educação. O programa vai envolver toda a

administração pública, no entanto, a princípio, dez órgãos serão priorizados: Secretaria de Infra-Estrutura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria da Fazenda, Controladoria-Geral da União, Secretaria de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio e Defensoria Pública.

O programa Modernizando a Gestão Pública já foi implantado em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, apresentando bons resultados. Em Alagoas, a equipe do MBC apresentará um projeto com metas específicas para o estado. As secretarias estaduais de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio, da Fazenda e do Planejamento terão papel decisivo para a implantação do programa em Alagoas.

A empresa Macroplan atuará apenas em Alagoas como apoio téc-



Jorge Gerdau Johannpeter
Presidente-fundador
da Gerdau

nico relacionado às estratégias de governo em projetos, avaliação de desempenho, sistemas informatizados de gerenciamento e geração de conteúdo técnico para comunicação social.

No Palácio República dos Palmares, Jorge Gerdau Johannpeter apresentou a palestra “Movimento Brasil Competitivo e a Gestão Pública no País”. O Programa de Modernização da Gestão Pública objetiva a aumentar a eficiência do estado na arrecadação de receita, reduzir as despesas e otimizar o gerenciamento de projetos. A experiência já vem sendo aplicada em diversas organizações do setor público, como na Prefeitura de São Paulo, nos Governos do Rio de Janeiro e Distrito Federal e nos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão e Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior.

O programa é resultado do esforço do MBC em desenvolver um conjunto de projetos para a melhoria da capacidade estratégica e de gestão de órgãos da administração pública. Por meio da aplicação de conhecimento técnico e de método específico, o programa promove melhorias na gestão do órgão. O programa já foi implementado pelo MBC em organizações públicas como Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura de São Paulo, Governo do Distrito Federal, entre outros.

Escola de Governo

A escola foi criada pela Lei 6.186, de 11 de agosto de 2000, e tem como missão ser referência no estado na capacitação profissional dos servidores do Poder Executivo. “Hoje estamos passando por uma fase de redimensionamento das estruturas física, funcional e operacional”, complementa Célia Leite, que já tem no calendário de 2007 dez projetos prioritários para a escola; dez projetos de treinamento e desenvolvimento para os órgãos e sete programas específicos que tratam da logística da instituição.

Nesses projetos prioritários para 2007 estão relacionados o programa de pós-graduação em gestão pública e pós-graduação em especificidades do serviço público, por meio de convênio com a Funesa; preparação para a aposentadoria; desburocratização e otimização de processos; e, na área de informática, projetos de treinamentos básicos e avançados correlacionados aos programas de informatização dos órgãos.

Com objetivos direcionados a promover a valorização dos servidores como agentes da qualidade dos serviços públicos, fomentar a prática das políticas e diretrizes de desenvolvimento organizacional e de recursos humanos, além de dotar a administração pública de talentos humanos capacitados na prestação de serviços públicos com qualidade, a Escola de Governo trabalha hoje com 22 pessoas das áreas administrativas, técnicas e humanas e mantém um quadro de pelo menos 80 especialistas, que são os facilitadores nos diferentes cursos e treinamentos oferecidos.

De acordo com Célia Leite, um dos problemas mais comuns apresentados pelos órgãos é a necessidade de se orientar projetos que melhorem a relação entre dirigentes e servidores nas diferentes escalas hierárquicas. “Muita mudança já aconteceu nesse padrão comportamental, mas a dificuldade de trabalhar em grupo e de formar líderes existe”, observa a coordenadora da escola.

Pela falta de uma sede própria, a Escola de Governo tem uma dinâmica descentralizada. Quase sempre funciona com 12 ou 15 cursos simultâneos, oferecidos em locais diferentes e para públicos e necessidades diversificadas.



Célia Leite
Diretora da Escola de Governo



CRED FÁCIL SERVIDOR

Você com valor.

Empréstimo para Servidores Públicos

- ★ Taxas reduzidas
- ★ Os melhores prazos para pagar
- ★ Não precisa de fiador
- ★ É só apresentar RG, CPF, comprovante de residência e contracheque
- ★ Sem consulta ao SPC/SERASA
- ★ Desconto na folha de pagamento

Crédito sujeito a aprovação.



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

Ligue: 0800 704 7405

Governo do Estado do Amazonas investe amplamente em gestão de recursos humanos

Sead/AM

O Governo do Estado do Amazonas começa a implantar o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH/AM), uma solução tecnológica, com baixo custo de manutenção, que promove ganho de eficiência e eficácia nos processos de gestão de RH, controle e redução de despesas da folha de pagamento. O gerenciamento feito pelo SIGRH/AM impossibilita pagamentos equivocados, permitindo acesso amplo a informações gerenciais íntegras e seguras; modernização da gestão, com o aumento de desempenho (produtividade e qualidade) dos gerentes e técnicos de RH e transparência e uniformização na aplicação da legislação de RH e Previdenciária.

O SIGRH/AM faz parte de um projeto maior de modernização da área de recursos humanos do estado, que envolve também a modernização da legislação de RH que objetiva a revisão, adequação e reformulação da legislação em conformidade com os dispositivos constitucionais vigentes; o RHNet.AM, que consiste na organização, sistematização e divulgação da legislação de recursos humanos, disponibilizando por meio de um portal na internet toda a legislação estadual e federal de recursos humanos com informações completas, de fácil compreensão e rápido acesso; a Política de RH, que propõe uma política moderna e abrangente de recursos humanos para o Governo do Estado do Amazonas; e finalmente o mapeamento e a reformulação de processos de gestão de recursos humanos que têm o objetivo de identificar as reais necessidades com relação a mecanismos de gestão e redesenhar os processos-chaves do sistema central de pessoal do estado.

A solução integrada atenderá a cerca de 60 órgãos e entidades da administração do Poder Executivo, que se beneficiarão das vantagens associadas. O conjunto de soluções da qual o SIGRH/AM faz parte substituirá cinco sistemas antigos, que atualmente controlam o univer-



Lançamento do SIGRH/AM, o novo sistema de RH do Governo do Amazonas na SEAD/AM

so de servidores públicos estaduais (aproximadamente 90 mil vínculos, incluindo servidores ativos, inativos e pensionistas).

O diferencial do SIGRH/AM é ser uma solução integral, que utiliza uma plataforma tecnológica atualizada e que integra todas as informações sobre o servidor, como o vínculo, o cargo/posto e as ocorrências funcionais associadas às rubricas de ganho ou de desconto. Dessa forma, a folha de pagamento é produzida conforme a evolução funcional do servidor e do registro das ocorrências cadastrais, o que possibilita controle automático e parametrização da folha de pagamento conforme a legislação estadual.

A plataforma do SIGRH/AM estará totalmente concluída até agosto de 2008, quando então se iniciará a fase de implantação, com uma transição que se estenderá até outubro de 2009.

Os outros projetos da área de recursos humanos, ou seja o RHNet.AM, a Modernização da Legislação de RH e a nova Política de Recursos Humanos encontram-se em pleno andamento, de forma que brevemente estarão com o SIGRH/AM e o redesenho de processo de RH fundindo-se numa base sólida e moderna de gestão de recursos humanos no estado.



Secretário da Sead/AM, Redomarck Nunes Castelo Branco, na apresentação do SIGRH/AM

Vantagens do SIGRH/AM

Entre as vantagens do SIGRH/AM destacam-se:

- *Ganho de eficiência e eficácia, agilidade, comodidade com a simplificação e racionalização dos processos de gestão de RH;
- *Parametrização, controle e redução de despesas da folha de pagamento pela impossibilidade de pagamentos errôneos, indevidos ou ilegais;
- *Acesso amplo a informações gerenciais íntegras e seguras;
- *Modernização da gestão, com o aumento de desempenho (produtividade e qualidade) dos gerentes e técnicos de RH;
- *Transparência e uniformização na aplicação da legislação de RH e previdenciária;
- *Baixo custo de manutenção.

O SIGRH/AM é fruto da parceria entre a Triad Systems, empresa que atua há mais de 14 anos no mercado de TI, desenvolvendo produtos e soluções personalizadas, bem como serviços de outsourcing, consultoria e treinamento, e a Lunix, consultoria técnica especializada em desenvolvimento e auditoria de sistemas e de processos, assessoria e consultoria técnica nas áreas de recursos humanos e previdência social do setor público.

O lançamento do SIGRH/AM, no auditório da Secretaria de Administração e Gestão (Sead), contou com a presença do secretário Redomarck Castelo Branco, que destacou na ocasião: “O novo sistema é uma ferramenta importante, porque, além de tornar mais eficaz a gestão dos recursos humanos, possibilitará a otimização das despesas com pessoal”.

O projeto representa um enorme esforço do Governo do Estado do Amazonas de dotar a administração pública de mecanismos de gestão que possam melhorar a eficiência no controle de gastos e a gestão de pessoal do estado.



Apresentação do SIGRH/AM pelo consultor Ricardo Souza do consórcio Lunix/Triad, na Sead/AM

Foco é racionalizar máquina e melhorar prestação de serviços ao cidadão

Ascom/Saeb



Manoel Vitório
Secretário de Administração
do Estado da Bahia

Racionalizar o custeio da máquina pública, que envolveu gastos equivalentes a R\$ 2,5 bilhões em 2006 (sem incluir as despesas com pessoal), promover a eficiência na gestão, tornar mais eficaz a prestação de serviços ao cidadão e instituir um novo relacionamento entre governo e servidor público são os principais focos de atuação do Governo da Bahia. As diretrizes são destinadas a todos os órgãos estaduais, mas cabe à Secretaria da Administração (Saeb) estabelecer as estratégias para a melhoria do desempenho do conjunto do governo.

Segundo o secretário da Administração, Manoel Vitório, “a idéia é aplicar uma tecnologia de gestão envolvendo redesenho de rotinas, uso de tecnologia da informação, treinamento intensivo de pessoal e ampliação do diálogo com o servidor para assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos”.

As medidas de racionalização incluem revisão de contratos e disseminação de sistemas e metodologias que reduzam custos administrativos. Para implementar essas e outras ações, foi criado grupo de trabalho, envolvendo parceria com outras duas secretarias de estado, a Fazenda e a Casa Civil. Entre os trabalhos do grupo está a revisão dos gastos com 24 agrupamentos de itens de consumo e serviços, que equivalem a um quinto do total de gastos com custeio de toda a máquina estadual. A meta é economizar R\$ 50 milhões com esse tipo de dispêndio, cerca de 10% do total gasto, que em 2006 foi de R\$ 493,1 milhões.

A busca por eficiência envolve, ainda, estratégias para recuperar créditos de devedores do Fisco estadual, uma ofensiva para capacitação de servidores da área de licitação e a revisão de editais-padrão. Está sendo finalizada também a estruturação da Controladoria-Geral do Estado, cuja finalidade será reforçar, de forma sistêmica, o controle de gastos, melhorando a qualidade na execução de políticas públicas. A Controladoria, além disso, atuará fortemente na área de correção, com foco nos atos de improbidade administrativa cometidos por servidores.



Sistema de CTF - controla o abastecimento e gasto com combustíveis em veículos oficiais. Estado busca novas fórmulas de redução de custeio e prevê para este ano economia de até R\$ 50 milhões com a revisão dos gastos de 24 agrupamentos de itens de consumo e serviços, que equivalem a um quinto do total de gastos com custeio de toda a máquina estadual.

Cidadania para todos

Para melhorar a prestação de serviços ao público, o governo está promovendo a reestruturação do sistema de atendimento ao cidadão, a começar pelo SAC, rede de unidades integradas de atendimento com 25 postos fixos e duas unidades móveis. A rede atual está passando por auditoria de desempenho e agregará novos serviços voltados para a população de baixa renda.

A racionalização da rede SAC, para uma possível recomposição dos custos, é o outro desafio da nova gestão, que para isso está reavaliando a localização e a estrutura dos postos e promovendo uma revisão ampla dos contratos vigentes. Ao mesmo tempo, o novo modelo gerencial busca adequar a estrutura de atendimento ao fluxo de demandas e tornar mais inclusivo o atendimento ao cidadão, levando os serviços de emissão de documentos à população de baixa renda.

Além disso, a nova gestão está dando ênfase à auditoria de desempenho porque, hoje, falta abrangência nos parâmetros para medir a qualidade do atendimento. Os relatórios gerados pelo sistema não permitem, em toda a rede, obter, com precisão, indicadores sobre o atendimento, para, com base nos problemas encontrados, fazer os ajustes necessários. Para ampliar a oferta de atendimento ao cidadão, estão sendo criados postos para cidades médias, unidades fixas e móveis de múltiplo atendimento (saúde, cultura, educação e outros serviços, além de emissão de documentos).

Mesa de Negociação com servidores

Sentar à mesa e negociar, com franqueza e transparência, é a regra número 1 da Mesa Central de Negociação Permanente, instalada em março pelo Governo da Bahia para tratar de todas as reivindicações dos servidores públicos estaduais. A Mesa inaugura um processo de relacionamento inédito na história do serviço público do estado, no qual governo e servidores ampliam o debate e definem consensualmente as questões relacionadas a salários, carreiras, benefícios e ações de valorização do servidor.



Governo do Estado da Bahia inaugura processo inédito no relacionamento com os servidores públicos ao instituir a Mesa Central de Negociação, onde os representantes sindicais e do governo sentam e negociam com transparência temas de interesse do servidor público estadual, como salários, carreiras, benefícios e ações de valorização. O diálogo franco e a transparência são as premissas da mesa de negociação.

Nas primeiras rodadas de negociação já realizadas foram criadas seis mesas setoriais e debatidas propostas do governo para a equiparação do vencimento-base ao salário mínimo.

A disposição para o debate ficou provada nestes primeiros encontros: cada um deles durou em média quatro horas, dedicadas a minuciosas avaliações sobre os problemas a solucionar. No primeiro encontro, a bancada do governo fez uma abrangente exposição sobre as condições financeiras do estado, ficou decidida a criação das primeiras mesas setoriais e acertada a apresentação de propostas para a equiparação, considerada prioridade pelas lideranças sindicais.

Na segunda rodada, as lideranças solicitaram mais informações sobre a situação financeira do estado para subsidiar a elaboração de alternativas às propostas encaminhadas pelo governo.

“O diálogo e a transparência são as premissas da Mesa de Negociação”, afirma, o secretário da Administração, Manoel Vitório. O desafio, segundo Vitório, é encontrar soluções que levem sempre em conta as limitações financeiras e legais, sobretudo no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, “sem perder de vista as necessidades apontadas pelos representantes sindicais e a determinação do governo de promover o desenvolvimento das carreiras, estabelecendo uma efetiva e duradoura política de valorização do funcionalismo baiano”.

Uma frase da presidente da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab), Marinalva Nunes, ao final do primeiro encontro de trabalho da Mesa Central, resume o espírito de cooperação que caracteriza a mesa e a mudança de atitude do governo com relação às demandas do servidor: “do protocolo à mesa”, enfatizou a líder sindical, numa alusão à dificuldade encontrada pelos trabalhadores, historicamente, para levar os seus pleitos além dos sistemas de protocolo do governo.

O consenso deu o tom antes mesmo da instalação oficial da Mesa: a definição de suas regras de funcionamento envolveu, a partir de janeiro, criterioso processo de diálogo até que se chegasse a um modelo que permitisse tratar com total isenção os conflitos e demandas dos servidores públicos estaduais.

O modelo, na verdade, atribui à Mesa Central papel estratégico no Sistema Estadual de Negociação Permanente (Senp). Conduzido pela Secretaria da Administração do Estado (Saeb), onde atua o Núcleo Coordenador, e com o Cope (Conselho de Políticas de Recursos Humanos) como instância destinada à apreciação e encaminhamento das deliberações, o modelo aprofunda estudos e projetos voltados para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, “sobretudo no delineamento das carreiras do setor público”, esclarece o superintendente de Recursos Humanos do estado, Adriano Tambone.



Gestão participativa na Terceira Idade

Ascom/Seplag

A aposentadoria não é o começo do fim, mas o início de uma nova etapa da vida que, para muitos, pode representar um recomeço, um reencontro com seus sonhos. Significa um novo tempo, a oportunidade de fazer amizades ou reencontrar colegas que, por algum motivo, ficaram pelo caminho. É nesse clima de integração, solidariedade, participação e, sobretudo, disposição para viver bem, sem olhar para a idade, que aposentados e pensionistas do Governo do Estado do Ceará têm à disposição um programa voltado exclusivamente para a categoria.

Hoje, o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) é o destino preferencial de muitos que já fecharam as gavetas e entregaram os crachás no serviço público estadual. De segunda a sexta-feira, a sede do PAI recebe diariamente uma média de 120 pessoas, frequência que chega a dobrar em alguns dias, conforme a atividade programada. Para manter o Programa, o governo investe no pagamento do aluguel de imóvel, energia elétrica e telefone. Boa parte do material utilizado vem de doações feitas por firmas e empresas.

Implantado há 17 anos no âmbito da Secretaria da Administração, o PAI está hoje vinculado à Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), criada este ano, no Governo Cid Gomes, como resultado da fusão da Secretaria da Administração e da Secretaria do Planejamento. Atualmente, o PAI tem cerca de 5 mil associados cadastrados, que têm à disposição 23 tipos de atividades (ver quadro), distribuídos em 26 turmas em sala de aula e 24 grupos de oficina e trabalho ao ar livre. Uma das inscritas no programa é dona Maria de Lourdes Barreto Mendes, aposentada da Secretaria da Educação. “Aqui tem tudo que a gente precisa para não ficar ociosa”, afirmou.

Mas o grande diferencial é o seu modelo de gestão participativa. O primeiro passo foi criar o Conselho de Aposentados, constituído por três representantes, convidados pela coordenação do programa com base na maior participação nas atividades. “Esse conselho tem assento nas reuniões de planejamento semestral e opina nas deliberações”, explica Guirlândia Ponte, que gerencia o PAI juntamente com o professor Antônio Pompeu. Além do conselho, quatro comitês foram constituídos, cada um com cinco membros, que atuam no processo de



planejamento e implantação das linhas de ação do programa nas áreas de cultura, financeira, eventos e lazer.

Com base nesse suporte, o PAI tem ampliado seu raio de ação mediante parcerias e convênios com o Poder Legislativo estadual e universidades, proporcionando ao seu quadro de associados opções de atividades e serviços, como atendimento médico-odontológico e assistência jurídica. A importância deste programa para o

governo do estado é destacada pela secretária de Planejamento e Gestão, economista Silvana Parente, para quem o PAI representa o compromisso do Governo Cid Gomes com a Terceira Idade, a partir dos ex-servidores públicos. “O fortalecimento do programa representa a certeza de que a política de valorização não termina quando o servidor pede aposentadoria. Esse compromisso vai continuar”, assegurou Silvana Parente.

Preparação para aposentadoria

Na sede do PAI, o computador já não é “bicho-de-sete-cabeças”. Numa sala existem 12 máquinas que estão despertando nos aposentados o interesse em desvendar os “mistérios” que parecem ter. Vários dos associados já passaram pelo curso básico de introdução à informática e hoje navegam com tranquilidade no infinito mundo da internet. É o caso, por exemplo, de dona Alice Oliveira Campos, aposentada da Secretaria da Educação. “Quem não sabe informática pára no tempo e no espaço. Hoje me acho realizada.”

Quem fala também com entusiasmo do PAI é a

secretária-adjunta de Planejamento e Gestão, economista Desirée Mota. “É um programa de socialização que trata o aposentado como ser humano ainda com energia para ajudar a construir um mundo melhor”. A nova meta do PAI está voltada para aquele servidor que está “fazendo as contas” para requerer a aposentadoria. Antes de deixar o serviço público, terá oportunidade de participar de curso de preparação para aposentadoria, recebendo orientações para enfrentar essa nova etapa da vida, consciente de que sua experiência é muito importante e ainda pode ser muito útil.

Cursos e Atividades

- Informática • Oficina de internet • Reunião de socialização • Jornadas filosóficas
- Revisando o viver • Grupo de artesãos • Atividades extras • Alongamento • Coral
- Teatro • Neurolingüística • Oração e vida • Projeto Trocando de Mãos • Pintura em tela
- Pintura em tecido • Oficinas de arte • Desenvolvendo a memória • Tai chi chuan
- Atividades cerebrais e interpessoais • Francês • Inglês • Dança de salão • Dança do ventre

Depoimentos



“Vim para o PAI como curiosa. Cheguei e fiquei encantada com várias senhoras fazendo seus trabalhos. Hoje estou no Trocando de Mãos, onde quem sabe alguma atividade ensina à colega e vice-versa”.

Maria de Lourdes Barreto Mendes (aposentada)



“Quando a gente se aposenta, perde muito o vínculo com os colegas. Já reencontrei aqui três colegas de infância”.

Alice Oliveira Campos (aposentada)



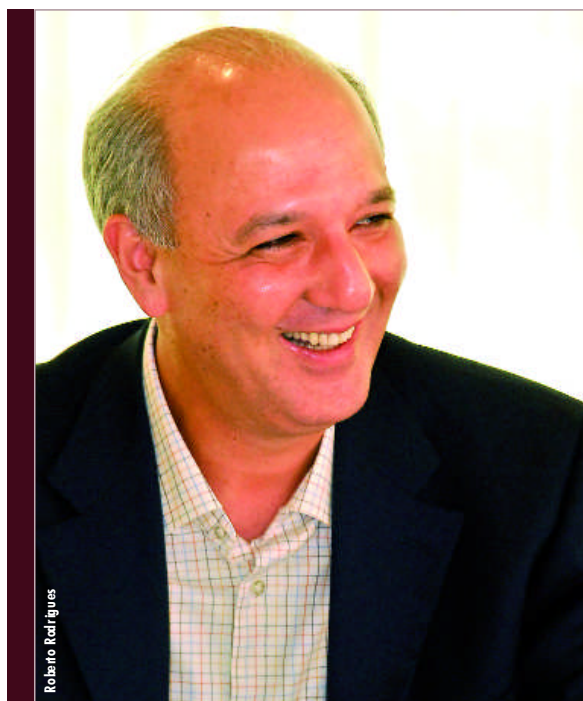
“Gosto de fazer as coisas voluntariamente. Traz energia”

Assis Almeida (professor voluntário)

Administração compartilhada

Governo do Distrito Federal inova na administração pública

Ascom/GDF



Roberto Rodrigues

José Roberto Arruda
Governador do Distrito Federal

A agilidade de decisões é a principal marca da nova forma de administrar proposta pelo governador do DF, José Roberto Arruda, desde o primeiro dia de governo. Eleito em primeiro turno, ao assumir, o governador se deparou com uma realidade bem diferente do que tinha sido desenhado, e o sonho de governar Brasília só não se tornou um pesadelo graças a medidas importantes e a um novo método de administração pública.

No primeiro dia de trabalho, o endereço do Governo do Distrito Federal já era outro. Arruda pôs em prática uma antiga idéia, lançada na campanha eleitoral de 1998, de transferir a administração para a área com a maior concentração da população do DF, ao mesmo tempo em que desafogou o centro da capital. A sede ainda provisória é dotada de um enorme salão de 600 m² onde o governador despacha diariamente com o vice-governador Paulo Octávio e os 16 secretários da administração, todos juntos. O local era um antigo quartel da PM, em Taguatinga, a mais importante região administrativa do DF. Para março de 2008 está prevista a inauguração do Centro Administrativo definitivo, numa área entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, cidades que, juntas, têm mais de 1,5 milhão de habitantes. O projeto está pronto e deve ser construído em conjunto com a iniciativa privada, em regime de PPP.



A medida rendeu economia imediata aos cofres do GDF, que deixou de pagar aluguel de 150 salas e de prédios espalhados pelo Plano Piloto e outras áreas da cidade. Ao mesmo tempo, Arruda devolveu 600 carros alugados, dispensou milhares de pessoas sem concurso público que trabalhavam no governo, muitas vezes sem função, e relacionou vários imóveis residenciais que pertencem ao GDF e que vão ser colocados à venda em leilão.

O secretário de Planejamento e Gestão, Ricardo Penna, ressalta que o objetivo é diminuir substancialmente o tamanho do governo. “Se queremos agilidade, é preciso ser mais enxuto; o objetivo é aumentar o investimento nas áreas essenciais e deixar de desperdiçar dinheiro público em atividades-meio”, afirma Penna.

Nos primeiros meses, a preocupação com o “legal” levou o governo a tomar medidas impopulares, que chocaram parte da população. “Brasília precisa voltar a

dar exemplos ao país, a valorizar o que é legal, respeitando o interesse coletivo acima do individual”, afirma. Para Arruda, a oportunidade de governar o Distrito Federal é uma chance de corrigir algumas distorções que o tempo causou no projeto original de Brasília. “É por isso que eu comecei a minha gestão procurando mudar uma cultura, lutando pela legalização da cidade”, acrescenta.

Nova gestão de velhos problemas

Antes de fazer novas dívidas, o governo do DF está pagando e renegociando dívidas herdadas. Antes de começar novas obras, ordenou que fossem terminadas as que foram deixadas inacabadas. Mas reafirma que vai cumprir tudo o que prometeu. “Nós vamos cumprir todos os compromissos feitos na campanha. São compromissos que surgiram com base nas necessidades das comunidades, que nos foram repassadas de diversas formas, e, portanto, precisam ser cumpridos”, assegura.

Com a educação como prioridade, o governo afirma que não deixará de lado a saúde e a segurança, que precisam muito de melhorias. “O Brasil não sabe que o Distrito Federal enfrenta problemas semelhantes aos de outras metrópoles. A maior parte do país não sabe que temos um bolsão de pobreza ao lado do Distrito Federal, com cidades que surgiram na fronteira e que, com centenas de milhares de moradores, não têm um



Ricardo Penna
Secretário de Planejamento
e Gestão

metro sequer de água encanada e esgoto.” Para mudar essa realidade o governador Arruda já assinou convênio com o governo de Goiás para destinar R\$ 30 milhões para obras.

Outra urgência que já está sendo atacada é o transporte público, deficiente e que não atende às necessidades da população. Para conter o problema, algumas ações já estão sendo tomadas, como renovar a frota das empresas - mais de 400 ônibus zero quilômetro já estão circulando -, asfaltar todos os itinerários de ônibus do DF, fiscalizar as vans e modernizar o sistema com transporte integrado e catracas eletrônicas. O horário do metrô foi estendido até mais tarde e foram retomados investimentos para concluir mais estações do metrô.

Um dos maiores problemas do Distrito Federal é o parcelamento irregular de terras, o que resultou na construção de dezenas de condomínios não legalizados. Dentro do projeto de fazer de Brasília uma cidade que respeita a lei, o governo comemora decisão do Supremo Tribunal Federal que validou a permissão da venda dos terrenos aos atuais moradores, sem necessidade de concorrência pública. Mas o governador aler-

ta para o fato de que a garantia desse direito será acompanhada de uma intensificação da fiscalização. “Brasília precisa voltar ao império da lei”, disse Arruda, que fechou acordo com o Ministério Público para definir como será feita a regularização.

Assim como a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e do respeito à faixa de pedestres, o projeto de legalização inclui também o trânsito. O brasileiro já mostrou que é sensível ao problema ao abraçar outras causas por isso é preciso perseverar para que esses valores não se percam e sejam ampliados. O governo do DF vem buscando fazer sua parte revitalizando as faixas de pedestres, revigorando a sinalização horizontal e vertical das ruas, construindo ciclovias - inicialmente serão cinco, no Itapoã, Paranoá, Lago Sul, São Sebastião e Varjão. Os pardais também estão sendo substituídos - pois funcionavam como armadilhas para os motoristas distraídos - por barreiras eletrônicas, que têm principalmente a função de alertar o motorista, em vez de simplesmente multar, além de campanhas educativas permanentes, com anúncios, ações de rua, blitz com bafômetros digitalizados etc., tudo para dar mais segurança no trânsito.



O difícil e necessário papel do Consad: articulação intergovernamental e modernização da gestão pública

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

Doutor em Ciência Política pela USP e Coordenador do Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo da FGV (SP)

HIRONOBU SANO

Mestre e doutorando do Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo da FGV (SP)



O processo de descentralização das políticas públicas aumentou a importância dos governos estaduais brasileiros, uma vez que eles, juntamente com os municípios, são hoje os responsáveis por grande parte da provisão dos serviços públicos à população. Este novo mapa federativo do país representa significativo avanço em relação ao centralismo autoritário do período militar, mas o potencial dessa mudança só será desenvolvido a contento se houver uma melhoria contínua da gestão pública estadual. Essa tarefa depende muito do trabalho do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad).

Criado como um fórum no início da década de 1990, o Consad ganhou personalidade jurídica própria em 2000 e representa um espaço de articulação política tanto no plano horizontal como no vertical, quando envolve negociações com o governo federal. Seu principal papel é atuar em prol da cooperação na Federação brasileira, sem que isso leve à perda da autonomia dos governos estaduais.

Esta tarefa cooperativa não é nada fácil. Em primeiro lugar porque a competição e a fragmentação são marcas do federalismo brasileiro recente. A cooperação interestadual não é natural, e a simples criação dos fóruns de secretários não é um fator

suficiente para que automaticamente se promova a cooperação horizontal. O exemplo mais claro dessa situação é o surgimento do Confaz, que foi incapaz de deter a guerra fiscal e evitar seu acirramento ao longo da década de 1980 e no início da seguinte.

A heterogeneidade da Federação brasileira é outro elemento que pode dificultar o papel do Consad. Como os estados estão em estágios diferenciados, inclusive no caso da gestão pública, não é simples chegar a denominadores comuns. É preciso criar uma cultura de tolerância à diversidade e desenvolver um senso de nação, segundo o qual tanto melhor será a posição de cada um se as desigualdades regionais forem reduzidas. Mas, paradoxalmente, as mesmas disparidades que potencialmente criam obstáculos à cooperação também podem ser a razão dos fóruns federativos como o Consad, pois a natureza heterogênea do Brasil torna necessária – embora não natural – a cooperação interestadual. Os líderes do Consad e sua estrutura institucional devem almejar esse fim – algo que só fortalecerá este Conselho.

A trajetória do Estado brasileiro constitui, por fim, mais um empecilho ao objetivo de modernização da gestão pública estadual. Historicamente, os processos de reforma administrativa foram feitos de forma extremamente centralizada pela União. Somente recentemente houve uma mudança. Em parte por conta da descentralização, que levou os governos estaduais a terem mais responsabilidade e autonomia. Mas o fator primordial foi a combinação, em meados da década de 1990, de crise fiscal e gerencial dos estados com propostas de reforma induzidas pelo governo federal. Nascia ali um conjunto de incentivos para modernização da gestão pública estadual.

Na Era FHC, podem ser destacados três tipos de indução federal para modernização da gestão pública estadual. A primeira foi o combate ao modelo predatório que vigorava então, com bancos estaduais perdulários, dívidas altíssimas e estatais carcomidas pelo patrimonialismo. O saneamento da Federação foi muito importante, porém, não construiu o “dia seguinte” da reforma do Estado – o que ele deveria ser para oferecer melhores serviços à população.

Uma segunda ação foi a da responsabilidade fiscal. A LRF, na verdade, apenas consolida um processo institucional, cultural e político de mudar a forma de lidar com os recursos públicos. Desde o final da década passada, o Brasil percebeu que a ganância sem preocupações intertemporais é um obstáculo ao desenvolvimento. Isto é ainda mais claro para a relação entre os cidadãos e os respectivos governos locais, por meio de obras inacabadas,

atraso no salário do funcionalismo e toda uma gama de conseqüências negativas decorrentes da demagogia fiscal. Nesse processo de transformação, o governo federal teve uma importante liderança. Ressalte-se, no entanto, que a responsabilidade fiscal, a despeito de todos os seus aspectos positivos, não garante a qualidade e a efetividade das políticas públicas.

A criação do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare), comandado pelo ministro Bresser Pereira, levou adiante um conjunto de idéias reformistas, buscando convencer os estados a implementá-las – o que, na época, fortaleceu a articulação horizontal entre os secretários de Administração. Em alguns casos, como no das Organizações Sociais, a indução foi bem sucedida – há hoje quase 70 OSs criadas pelos governos estaduais. Noutras situações, no entanto, os mecanismos propostos não tiveram aderência. Na verdade, este período foi mais importante como disseminador de idéias do que pela implantação de um novo modelo de gestão nos estados.

Mas à indução federal se somou uma série de inovações advindas dos próprios estados. As Centrais de Atendimento Integrado, formas de governo eletrônico e compras governamentais, significaram uma experimentação bem sucedida. O interessante é notar como o Consad tem sido um instrumento fundamental para espalhar tais medidas.

Só que as diferenças regionais realçam a importância de haver também instrumentos federais de agregação dos estados. Ações como o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe) tiveram um papel central na Era FHC, mas restringiam-se à questão fiscal. Com o Governo Lula, o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF (Pnage) deu um salto além, fazendo um diagnóstico compartilhado entre União e estados sobre uma pauta específica de gestão – e diferentemente dos antigos programas federais, pela primeira vez todos os governos estaduais foram contemplados. Embora a implementação do Pnage ainda não tenha ocorrido, seus ensinamentos quanto às vantagens da cooperação federativa e no que diz respeito ao papel que o Consad pode ter nesse processo são importantíssimos para o futuro da modernização da gestão pública.

Num momento em que um número grande de novos gestores públicos chega ao Consad, é preciso reforçar as características positivas desse fórum, realçar o aprendizado obtido nos últimos anos e mostrar que, apesar das dificuldades, a tarefa dessa instituição é fundamental para modernizar a gestão pública brasileira.

Balanço Legislatura

Luciana Lima/Consad

A gestão 2006/2007 apresentou resultados acima da expectativa, apesar de ser ano eleitoral. Durante o período, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) contou com a interlocução de órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

(MPOG), o Congresso Nacional e a efetiva participação dos membros do Consad. A troca de informações, o compartilhamento de soluções e a efetivação dos Grupos de Trabalho criados para agilizar e desenvolver temas relevantes relacionados à gestão pública foram algumas das ações efetivas do Consad desta legislatura.

Agilidade, transparência e economia Projeto de Lei 7.709/07



Consad e Ministério do Planejamento discutindo projeto com juristas



Primeira audiência pública sobre o Projeto de Lei 7.709/07, na Comissão de Licitações e Contratos da Câmara dos Deputados

Uma das maiores vitórias não só para o Consad, mas também para o país, foi a elaboração pelo grupo de trabalho do Consad do texto que trata de alterações na Lei de Licitação 8.666/93. Após três anos de discussão e estudo, o grupo elaborou o documento com as principais mudanças que tornaria o processo licitatório mais célere e transparente. Finalizado, o texto foi entregue pelo Consad ao MPOG, onde foi amplamente discutido com a sociedade civil e grandes juristas da área; depois de adequado às opiniões, o projeto 7.709/07 foi encaminhado ao Congresso Nacional, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, onde está em tramitação em regime de urgência.

O calcanhar-de-aquiles dos estados

O Grupo de Trabalho de Gestão de Pessoas foi criado com o objetivo de subsidiar as decisões dos membros do conselho na gestão e formulação de políticas e práticas remuneratórias para estudos sobre funções típicas de estado e terceirização, revisão da redação de emendas constitucionais alusivas a subsídios e remuneração por resultado, elaboração de minutas de projeto de lei complementar referentes à avaliação periódica de desempenho e direito de greve do servidor público.



Grupo de Gestão de Pessoas reunido no Consad, em Brasília (DF)

A proposta de mapeamento de remuneração dos estados federados viabilizou-se com a adequação da pesquisa salarial desenvolvida pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, que enfatiza a contribuição de 16 unidades federadas. No tocante ao direito de greve, o trabalho foi completamente finalizado e a minuta do projeto de lei sobre o assunto foi entregue ao Consad que o encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Apresentação do GT de Gestão de Pessoas, no fórum de Vitória (ES)

Economia, economia e economia



Reunião do Grupo de Trabalho de Passagens, Diárias e Afins com representantes da empresa aérea GOL

A modernização do Estado para a redução de custos foi a grande preocupação da Presidência, a qual contou com a valiosa troca de experiências no âmbito das Secretarias Estaduais de Administração que utilizam sistemas informatizados de gestão sobre passagens, diárias e afins. A disponibilização de informações sobre gastos nessa área foi fundamental para despertar o interesse das empresas aéreas em formalizar contrato de tarifa governamental, com valores diferenciados a custos menores. As propostas das companhias estão sendo analisadas pelo Consad. A economia nos gastos com passagens e diárias prevista para os estados é de até 70%.

Seminário Consad - Aparando as arestas

Os avanços conquistados pelos GTs e discussões empreendidas durante os fóruns do Conselho suscitou a realização, em março de 2006, em São Paulo do seminário "Avanços e Perspectiva da Gestão Pública nos Estados". O objetivo do evento foi o de prestar contas à sociedade brasileira dos avanços alcançados pelos estados no campo da gestão pública e indicar as questões que permanecem pendentes cuja solução necessita da formação de consenso e coalizão nacionais. Participaram do evento especialistas, gestores, técnicos, teóricos da área e secretários que apresentaram suas experiências acerca dos seguintes temas: Atendimento ao cidadão, Gestão de pessoas, Gestão de compras e suprimentos, Governo eletrônico, Formas de estruturação do governo estadual e Novas formas de gestão pública. Ao final consultores renomados na área de gestão fizeram seu diagnóstico sobre os temas apresentados.





Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados

O resultado do seminário está registrado no livro editado pelo Consad *Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados*.

A publicação foi lançada em agosto de 2006 na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) com o apoio da própria federação e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O livro tem propiciado a disseminação do conhecimento sobre as melhorias introduzidas na administração pública nos últimos anos. A obra foi amplamente divulgada junto à sociedade civil e organismos afinados com a busca da melhoria da gestão pública brasileira. Com aproximação do então processo eleitoral, foi buscada a inserção da gestão pública na agenda política dos candidatos à Presidência da República para o período 2006-2010.



Fóruns



A realização dos fóruns (Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração), que contam com a expressiva participação dos membros do Consad e com o significativo apoio das secretarias anfitriãs no processo, é o momento fundamental em que ocorre a troca de experiências e debates sobre diversos temas voltados para a melhoria da gestão pública. Essa bandeira vem se firmando na história do colegiado e se aperfeiçoando cada vez mais, como é o caso da realização de fóruns temáticos.

Parceria



Fátima Cartaxo (BID), Waldemar Wirsig, representante do BID no Brasil, e Geraldo de Witto, presidente do Consad

O fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas permitiu pleno êxito dos projetos iniciados no âmbito do conselho. A parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Congresso Nacional foi fundamental para efetivação dos trabalhos desenvolvidos pelo Consad.



Participação do MPOG, Paulo Bernardo, e do deputado federal (MG), Márcio Moreira, no fórum de Brasília

Ações operacionais

Tornar ágil e público os projetos desenvolvidos na esfera do Consad - este é o objetivo dos periódicos publicados pela entidade. Após cada fórum, o *Jornal do Conselho*, distribuído gratuitamente, leva à sociedade informações dos temas tratados e dos painéis apresentados durante o evento. A revista produzida semestralmente abre espaço para todos os estados mostrarem suas experiências, para que a troca de informações entre os entes seja ativa e contínua. Por fim, com informações mais dinâmicas, o site busca oferecer informações diárias e técnicas a cerca da entidade. Esta gestão aprimorou a troca de informações e consolidou a comunicação.



Programa de Qualidade no Atendimento: uma diretriz do Governo do Espírito Santo

Ascom/Sege

Representantes das secretarias, órgãos e empresas públicas se reuniram em Camburi, Vitória, para discutir a criação do Guia dos Serviços Públicos, que vai orientar a população sobre as possibilidades de serviços disponíveis pelo governo e como utilizá-las.

O Programa de Qualidade no Atendimento ao Cidadão, desenvolvido pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Sege), do estado do Espírito Santo, é uma diretriz de governo para melhorar a prestação dos serviços públicos.

No programa destacam-se importantes projetos já implantados e outros em avançada discussão, com foco no cidadão. Segundo o secretário e vice-presidente do Consad, Ricardo de Oliveira, “o objetivo é oferecer serviços com mais agilidade e eficiência e, com isso, mais qualidade à população”.

“Dentro desse programa estamos implementando outros importantes projetos como: Ouvidoria, Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público, Governo Eletrônico e a Central de Atendimento Integrado”, contou o secretário de Gestão e Recursos Humanos.

O pilar desse grande projeto é o aperfeiçoamento das formas de atendimento à população, com a implantação de mecanismos e instrumentos adequados e eficazes que promovam a qualidade, com transparência, simplificando o trabalho administrativo, visando à redução do tempo gasto para o atendimento às solicitações do cidadão.



Ricardo de Oliveira
Secretário de Administração
do Estado do Espírito Santo

Guia dos Serviços Públicos

A criação do Guia dos Serviços Públicos é um dos projetos em desenvolvimento na Seger com o objetivo principal de levar qualidade e agilidade no atendimento ao cidadão.

Com o guia, o cidadão terá acesso a informações sobre os órgãos responsáveis pelo serviço que ele necessita, para que serve, sua abrangência, suas restrições, requisitos e documentos necessários a serem apresentados, o custo para obtê-los, o prazo para finali-

zação, onde realizar, horário e, quando necessário, o que fazer para dar prosseguimento.

“Com o Guia dos Serviços Públicos, o cidadão vai saber quais são os serviços disponibilizados pelo governo, onde os encontrar e como os acessar e resolver seus problemas”, explica o secretário, Ricardo de Oliveira.

Para isso, a idéia é de que o guia seja disponibilizado nas várias modalidades de atendimento: eletrônico, telefônico e impresso. “O importante é que a qualidade da prestação de informações e orientações seja eficiente e efetiva”, acrescenta o secretário.

Central Integrada de Atendimento

A Central Integrada de Atendimento ao Cidadão é uma iniciativa do governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), que vai reunir, em um único local, representações de órgãos públicos federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada, para a prestação de serviços presenciais ao cidadão.

Serviços de expedição de documentos, como carteira de trabalho, de identidade, motorista e CPF, serão disponibilizados na Central, além de espaço bancário para o pagamento de taxas e tributos; espaço para o atendimento jurídico, com Delegacia de Polícia, Defensoria Pública e Promotoria de Justiça; atendimento fazendário; serviços de abertura e fechamento de empresa; proteção e defesa do consumidor, entre outros.

Recentemente, o vice-governador e o subsecretário de Inovação da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Fausto Corradi, visitaram as instalações e o funcionamento de uma Central, em São Paulo, onde é chamada de “Poupatempo”. “Eu fui conhecer e fiquei sensibilizado com a forma com que o cidadão é tratado, como um cliente. É essa cultura de atendi-



to que queremos implantar aqui no Espírito Santo”, disse o vice-governador.

A primeira Central de Atendimento do Espírito Santo será construída em Cariacica, próximo à capital, Vitória. A Central Integrada de Atendimento ao Cidadão existe em 23 estados da Federação. Em São Paulo, são 2 milhões de atendimentos por mês, com 95% de aceitação da população.



Governo Eletrônico

O desenvolvimento das políticas de Governo Eletrônico e de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma iniciativa da Seger para modernizar e informatizar os serviços prestados pelo governo, envolvendo todos os principais órgãos e empresas da administração estadual. A implantação dos terminais de auto-atendimento é uma das ações do Governo Eletrônico.

Espalhados em pontos de grande movimentação, os terminais de auto-atendimento do governo - semelhantes aos equipamentos utilizados pelos bancos - permitem o acesso da população aos serviços eletrônicos das secretarias e órgãos da Administração Pública Estadual, como emissão do DUA, delegacia virtual, entre outros.

Já são 22 equipamentos instalados. O projeto, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Gestão e Recursos Humanos (Seger), prevê a instalação de terminais em diferentes pontos do estado - serão 250 terminais até o fim de 2007.

Esesp lança catálogo de cursos com promessa de capacitar 9 mil servidores em 2007



Com o objetivo de capacitar mais de 9 mil servidores em 2007, a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp) lançou o seu Catálogo de Cursos 2007/2008, com 64 oportunidades de capacitação.

No catálogo, estão contemplados cursos das mais diversas áreas de atuação: gestão pública, informática, planejamento, finanças, gestão de pessoas, prestação de contas, relações com o cidadão, entre outras.

Com ele, o servidor terá acesso às informações sobre os cursos previstos para serem realizados ainda em 2007 e em 2008: os objetivos, as áreas de atuação, a carga horária e os critérios de participação.

Para a diretora-presidente da Esesp, Maria Luiza dos Santos Vellozo, “o lançamento desta ferramenta de trabalho é uma conquista importantíssima para o serviço público capixaba”, disse. Na opinião do secretário de Gestão e Recursos Humanos, Ricardo

de Oliveira, a publicação do catálogo “é fundamental para que os servidores estejam capacitados e comprometidos com o serviço que chega ao cidadão”.

“Com ele os dirigentes e os próprios servidores poderão conhecer com antecedência os cursos a serem ofertados pela Esesp e, com isso, planejar as participações de acordo com suas necessidades”, orienta o secretário.

Uma inovação trazida no catálogo é a inclusão de um programa de capacitação para os servidores municipais. O programa, que prevê a realização de cinco cursos, é uma parceria entre a Esesp e a Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) para a capacitação de gestores e técnicos municipais.

Foram impressos 5 mil exemplares do catálogo, os quais foram distribuídos para as secretarias e órgãos do Poder Executivo estadual e municipal.

Resultados

Em 2006, a Esesp capacitou 4,8 mil servidores. Foram 129 capacitações aplicadas, entre palestras, treinamentos e cursos. Um exemplo de sucesso implantado pela Esesp em 2006 foi a parceria com o Sebrae para a realização do Empretec, com turmas de servidores. Foram formados, em 2006, 534 servidores empreendedores.



A Esesp é uma entidade voltada para o desenvolvimento dos recursos humanos no âmbito do governo estadual. Procura oferecer um atendimento de qualidade aos seus clientes - servidores públicos - promovendo cursos de capacitação que visam à melhoria dos serviços prestados ao cidadão e possibilitam condições favoráveis na relação e convivência cotidiana, no trabalho e na sociedade.

O público-alvo da escola são servidores públicos estaduais, municipais e federais que pretendem desenvolver seu potencial e contribuir para um setor público mais ágil e eficiente.

Projeto vai erradicar analfabetismo entre servidores públicos estaduais

Ricardo Santana/Aganp

Com o aval do governador Alcides Rodrigues, em 2006 a Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp) implantou o Projeto Farol do Saber com o objetivo de alfabetizar cerca de 200 servidores públicos estaduais detectados como analfabetos em uma pesquisa realizada nos órgãos do Poder Executivo. O curso de alfabetização, linha mestra do Projeto Farol do Saber, tem duração de 12 meses e é ministrado em horários flexíveis, sempre de acordo com a disponibilidade dos trabalhadores. Todos os professores selecionados para ministrar as aulas do Projeto Farol do Saber são servidores públicos estaduais. No momento de escolhê-los, a Aganp, por meio da Escola de Governo, observa a disposição dos candidatos para ensinar, a criatividade e também as experiências na área de educação. O treinamento desses professores é ministrado em parceria com a ONG Moradia e Cidadania, ligada aos funcionários da Caixa Econômica Federal.

A primeira etapa do projeto, realizada no segundo semestre do ano passado e que serviu como piloto,

beneficiou servidores de cidades do interior do estado, como Caldas Novas e Jussara. A partir de março deste ano, a Aganp abriu também turmas na capital, das quais participam outras 59 pessoas com idade entre 34 e 72 anos. Em Goiânia, as aulas são proferidas nos próprios órgãos e, para que o aprendizado não seja comprometido, o limite de alunos por turma é de dez pessoas. Os recursos são garantidos pelo Fundo de Capacitação do Servidor Público do Estado de Goiás.

O Farol do Saber é baseado no Programa Vaga-Lume, criado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 1999, como projeto de extensão. O diferencial do curso proposto pelo Farol do Saber é o atendimento aos alunos com longa experiência de vida. Alguns já estão em fase de aposentadoria e precisam de motivação para começar ou mesmo voltar a estudar. Depois que se inscrevem no curso, os futuros alunos têm suas expectativas avaliadas pela equipe da Escola de Governo. Todas essas informações colhidas são aproveitadas na elaboração das aulas, uma forma de aproximar o conteúdo programático da realidade vivida pelos estudantes.



Qualificação de servidores

Na área de treinamento dos servidores e em continuidade ao Programa de Capacitação e Profissionalização do Servidor Público Estadual, a Aganp também disponibilizou mais 1.600 vagas para cursos realizados no primeiro semestre de 2007. Para o presidente da Aganp, Manoel Xavier Ferreira Filho, a nova temporada de treinamentos confirma o compromisso do governo do estado em investir no aperfeiçoamento de seu quadro funcional. “Temos obtido excelentes resultados ao longo dos últimos oito anos. Nesse período, mais de 42 mil servidores passaram pelas aulas na Escola de Governo”, ressalta Ferreira Filho. Segundo a gerente executiva da Escola de Governo, Maria D’Abadia de Oliveira Borges Brandão, os cursos foram escolhidos de acordo com o Levantamento de Necessidades de Treinamento e Desenvolvimento (LNTD), realizado no ano passado em todos os órgãos do Poder Executivo.

Para atender às solicitações, as disciplinas são variadas e abrangem desde o atendimento ao público e língua portuguesa até informática e legislação, entre outras. Além da Escola de Governo, os cursos são ministrados no Senac, no Idag/ESA e no Senai. Devido à grande demanda dos órgãos, a Aganp estuda a possibilidade de ampliar o número de vagas e de cursos para o segundo semestre.



Capacitação dos professores do Projeto Farol do Saber na Escola de Governo da Aganp

Mais salas para a realização dos vários cursos já foram providenciadas, é a tão sonhada sede própria para a Escola de Governo. Desde março, a escola está instalada em uma área cedida pela Secretaria da Educação com área de 12 mil metros quadrados com 4 mil de área construída. Uma reforma inicial possibilitará a estruturação de 17 salas de aula, auditório para 200 pessoas, biblioteca, centro de convivência e cantina, entre outros. Já em 2008/2009 uma nova reforma para ampliação está prevista. Os recursos, da ordem de R\$ 1 milhão, serão disponibilizados pelo Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e Distrito Federal (Pnagpe). “Este é, de fato, um enorme ganho para todos, pois além de disponibilizarmos mais salas, economizaremos muito com aluguel e valores dos contratos”, afirma o presidente da Aganp, Manoel Xavier Ferreira Filho.

Compromisso com a profissionalização do serviço público

Prestar serviços de qualidade à população pagadora de impostos já se tornou, em Goiás, uma filosofia de gestão do governo do estado. Para atingir essa meta, a Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp) tem realizado, desde 2001, 21 concursos públicos que efetivaram 16 mil nomeações, numa demonstração de que a substituição de servidores comissionados por concursados se tornou um princípio do governo de Goiás. Segundo o presidente da Aganp, Manoel Xavier Ferreira Filho, “investir nos colaboradores efetivos é uma das formas para se consolidar a meta”, comenta.

O ano de 2004 ganhou destaque. No total, foram realizados oito certames para suprir demandas em áreas diversas como educação, saúde, polícia técnico-científica, Corpo de Bombeiros, Secretaria da Fazenda e também na Universidade Estadual de Goiás (UEG), que teve seu quadro de professores reforçado. Já nos anos de 2005 e 2006, o governo goiano investiu em outros dez processos seletivos, em uma oferta de mais de 8 mil vagas. Novamente a procura superou as expectativas da Administração estadual, que mais uma vez incrementou a gestão de pessoal com a nomeação de aproximadamente 7 mil novos servidores.

O último concurso realizado pela Aganp, em março de 2006, entrou para a história da autarquia pelo contingente de candidatos que mobilizou: foram quase 100 mil inscrições na disputa por 2.633 vagas para os cargos de Gestor Governamental, Analista de Gestão Administrativa e Assistente de Gestão Administrativa. Em dezembro último, o governo de Goiás nomeou todos os classificados dentro do limite de vagas, conforme o edital. Na tentativa de finalizar o processo, e por reconhecer a importância do trabalho desses profissionais para a gestão estadual, 440 aprovados na reserva técnica também foram convocados para preencher as vagas remanescentes.



Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente da Aganp

Governo do Estado lança política de valorização do servidor público

Ascom/Seplan

O Governo do Estado do Maranhão lançou, no último mês de abril, os alicerces da sua nova política de valorização do servidor público. “O compromisso do Governo Jackson Lago é o de valorizar o servidor para, conseqüentemente, qualificar o serviço prestado à população”, explica Helena Castro, titular da Secretaria de Administração e Previdência Social (Seaps).

As ações de valorização se iniciaram pela definição de uma política salarial que diminuiu as distorções e definiu ganhos por categorias mediante subsídios. Por meio dessa política, organizou-se a folha de pagamento e instituiu-se o salário mínimo integral, que antes era complementado por abonos. “Essa política salarial ainda passará por algumas adequações durante o ano de 2007, garantindo que nenhum servidor tenha perdas e sempre com a atenção voltada para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”, explica a secretária. Ela lembrou que a lei aprovada não exclui direitos garantidos como gratificação natalina, adicional de férias, insalubridade, adicional de periculosidade, serviço extraordinário e retribuição por serviço em local de difícil acesso, entre outros.



Atualização do cadastro

A segunda etapa de construção da política de valorização se iniciará em julho, com a atualização do cadastro dos servidores. “Esta ação deverá nos trazer uma análise não só quantitativa mas, especialmente, qualitativa do quadro funcional”, detalha Helena Castro.

Um dos objetivos da atualização do cadastro é a formação do Banco de Talentos do Estado, que verificará o potencial e nível de formação dos funcionários, identificando aqueles que podem ser aproveitados em atividades que exigem mais qualificação. O Banco de Talentos também trará uma visão de quais áreas pre-

cisam de atenção específica na área de formação, subsidiando o planejamento de cursos e treinamentos da Escola de Governo.

Na verdade, a Escola de Governo é uma das instâncias de grande importância na política de valorização do servidor. “Toda a construção das atividades da Escola de Governo se dará, agora, com base nas necessidades de desenvolvimento detectadas dentro da administração. Identificando possíveis fragilidades podemos direcionar a formação para essas áreas e melhorar os serviços oferecidos à população”, declara a secretária de Administração. Segundo ela, já está sendo iniciado um levantamento, em cada secretaria, das áreas que mais precisam de qualificação.

Plano de Cargos, Carreiras e Salários

A última etapa a ser implantada pela nova política de valorização do servidor é a construção do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Depois da implantação da nova política salarial, o Executivo deve enviar mensagens de reajuste linear para cada uma das categorias de servidores. Para chegar a essa fase, entretanto, o governo já iniciou uma longa etapa de discussões com cada um dos setores organizados de trabalhadores do setor público. “O Plano de Cargos, Carreiras e Salários será algo consistente e discutido com toda a sociedade”, reforça Helena Castro.

Helena Castro

Secretária de Administração do Estado do Maranhão



“O Plano de Cargos, Carreiras e Salários será algo consistente e discutido com toda a sociedade”

Ampliação do quadro de servidores

Com a atualização do cadastro e da elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários serão identificadas as áreas com maior defasagem de pessoal - uma demanda que será contemplada por concurso público. A realização dos concursos será feita de forma gradual, durante os quatro anos de governo, a iniciar por áreas onde já se identifica uma grande defasagem de pessoal, como a da saúde. Além dos novos concursos, a Secretaria de Estado de Administração e Previdência

Social está finalizando outros que já estão em andamento, casos como da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

“Valorizar o serviço público é um compromisso do PDT - um partido voltado para a defesa dos trabalhadores. Sendo assim, criar boas condições de trabalho e formação, dar segurança no salário e reconhecimento ao esforço do servidor é uma de nossas bandeiras”, finaliza Helena Castro.

Mato Grosso Saúde atende a 42 mil usuários em três anos de funcionamento

Ascom/SAD

O Mato Grosso Saúde (MT Saúde), plano de saúde do governo estadual, foi criado em julho de 2003 por meio da Lei Complementar nº 127 e entrou em vigor em abril de 2004. O plano foi criado devido a necessidade de desvincular o tratamento de saúde da previdência, que até então era feito pelo extinto Instituto de Previdência do Estado (Ipemat), junto com perícias médicas.

O sucesso do plano, junto aos servidores públicos conveniados, pode ser medido pelos números: só nos quatro primeiros meses de 2007 foram registradas 4.710 inclusões. Entre janeiro e março do mesmo ano, aproximadamente 42 mil usuários realizaram 39.706 mil consultas,

que resultaram em 150.182 mil exames.

No ano passado, o total de beneficiários chegou a 41.708 mil. Foram contabilizadas 85.672 mil consultas, que resultaram em 163.305 exames. Internações cirúrgicas somaram 6.902 mil. Foram realizados ainda 4.926 mil tratamentos ambulatoriais, 456 partos, 286 sessões de quimioterapia, oito implantes de marca-passo, 1.064 mil sessões de hemodiálise e mais de 15 mil terapias. Outros procedimentos somaram 8.591 mil atendimentos.

O presidente do MT Saúde, Augusto Amaral, explicou que esses números mostram que o serviço prestado pelo órgão é de alta qualidade e que, por isso, conquistou a



Augusto Amaral
Presidente do MT Saúde

confiança dos usuários. “Foi excelente ter consolidado esse ganho para o servidor, principalmente o servidor de baixa renda. No início houve um pouco de desconfiança, mas hoje não tem como se pensar no servidor sem pensar no MT Saúde.”

O plano foi criado depois que a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP realizaram um estudo traçando o perfil sócio-econômico e familiar, além da distribuição geográfica, do servidor com seus dependentes e perceberam que existia a necessidade de criar um plano como uma alternativa para aqueles que não queriam depender somente do Sistema Único de Saúde (SUS) para cuidar da saúde e que também não tinham condições de arcar com os elevados preços cobrados pelos planos de saúde privados.

O MT Saúde preencheu essa lacuna e hoje atende o servidor oferecendo a ele o melhor dos dois mundos: qualidade na prestação dos serviços, antes oferecida na maioria das vezes apenas pelos planos de saúde privados, e o baixo custo na manutenção dos serviços, proporcionados antes somente pela rede pública de saúde.

“Proporcionar um atendimento de saúde com preço acessível e de qualidade é valorizar o servidor público mato-grossense. Estamos no caminho certo. Satisfação dos usuários do MT Saúde, plano de qualidade excelente, comparado com particulares na qualidade do atendimento”, ressaltou o secretário de Administração de Mato Grosso e Presidente do Consad, Geraldo de Vitto Jr.



Geraldo de Vitto Jr.
Secretário de Administração
do Estado de Mato Grosso

Convênio e Cobertura

O servidor que é usuário do MT Saúde pode comprar, desde o início de 2005, remédios com 25% de desconto na rede de farmácias Drogaria América, além dos descontos de 50% oferecidos pela Interodonto em tratamentos odontológicos. As parcerias foram feitas após uma licitação de preços.

Nas farmácias, os descontos dos medicamentos variam de 10% a 25%, dependendo da categoria do remédio. Os medicamentos do grupo ético (de marcas conhecidas, como Novalgina), oferecem um desconto de 10%, já os do grupo genérico contam com 20% de desconto (neste grupo entram aqueles

que possuem os mesmos princípios ativos e que foram testados pelo Ministério da Saúde).

E a partir de dezembro de 2006 o plano passou a ter cobertura médica para doenças e lesões preexistentes com uma carência de 360 dias, ou seja, metade do tempo preconizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com base na Lei 9.656/98, que regulamenta os planos de saúde.

A principal mudança é a cobertura médica para doenças e lesões preexistentes (DLP). As DLPs são aquelas que acometem o titular ou seu dependente à época da contratação do plano de saúde. Outra infor-

mação acrescentada no texto dessa lei é a de que a carência passa a contar a partir do primeiro desconto em folha.

Outra vantagem do MT Saúde é que o servidor titular não paga mais por ser idoso, não há carência para quem migrar de outros planos aos quais estejam vinculados por pelo menos um ano e o atendimento se dá mediante a apresentação apenas do cartão magnético, sem necessidade de retirada de guias.

Conveniados

Histórias emocionantes contadas pelos próprios servidores públicos credenciados ao MT Saúde, e que precisaram utilizar o plano numa situação de emergência, demonstram a credibilidade que o plano tem com os beneficiários.



Denise Elaine Train Vieira
Coordenadora de
Padronização da SAD

“Estou muito feliz, muito satisfeita com o pessoal do MT Saúde, que entendeu meu problema. Não sei o que seria se não tivesse o MT Saúde. Mesmo com os problemas que aconteceram no ano passado, estou no plano desde o começo e enquanto estiver servindo ao Estado serei conveniada ao plano, porque sempre que precisei eles estiveram comigo”, afirmou Denise Elaine Train Vieira, coordenadora de Padronização da Superintendência de Desenvolvimento Organizacional da Secretaria de Estado de Administração (SAD).

Denise contou que a filha Paula Vieira, de 21 anos, precisou realizar uma cirurgia de emergência para a retirada de pedras na vesícula, pois o quadro poderia se complicar. Ela conseguiu marcar a cirurgia, mas, ao fazer a confirmação pelo plano de saúde, foi informada que a filha estava descredenciada, pois havia deixado de apresentar o atestado de escolaridade, que dá o direito aos filhos de até 24 anos serem

dependentes no convênio. “Por um descuido, não levei os atestados de escolaridade. Fiquei desesperada”, completou.

Procurando urgentemente uma solução para seu problema, Denise foi informada por um funcionário do MT Saúde que a orientou sobre os procedimentos a serem feitos. “O funcionário pegou as informações sobre o meu caso e me disse que em 40 minutos me daria um retorno, e foi o que aconteceu. A Alice, que foi quem me atendeu no MT Saúde, me deu toda a atenção. Pelo fato de eu apresentar somente agora o comprovante de escolaridade, minha filha teria de aguardar a carência para fazer a cirurgia, mas eles desconsideraram a carência, por ser um caso de urgência. Quero agradecer muito o pessoal do MT Saúde. Eles foram extremamente atenciosos. E creio que essa atenção toda não seja um caso individual, não apenas comigo, mas com todos os credenciados do convênio”, contou.

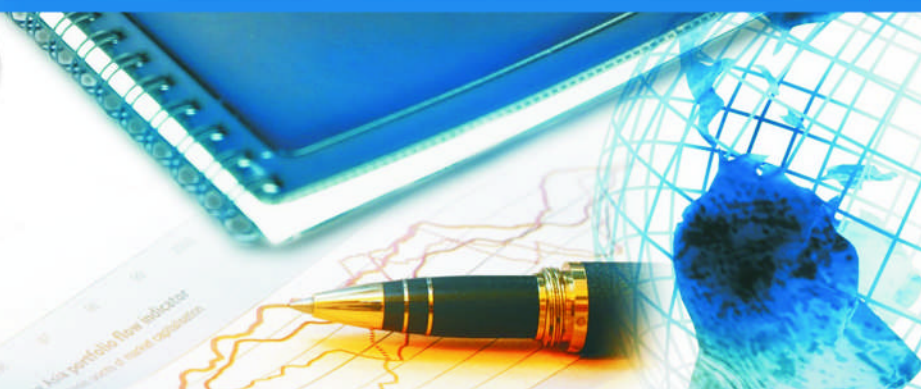
A filha de Denise, Paula Vieira, foi operada em um dia e teve alta no outro. Denise contou também que no ano passado precisou passar pela mesma cirurgia, e apesar dos problemas que todos os convênios de saúde enfrentavam na época, paralisando as atividades, o MT Saúde a atendeu. “Não tive problema nenhum. Pelo contrário, fui muito bem atendida”, esclareceu. Ela disse também que quando precisou fazer o tratamento para anemia, em que o medicamento precisava ser aplicado por via intravenosa, fez tudo pelo MT Saúde. “Fui muito bem atendida. Cheguei a comprar o medicamento e levei para o hospital para que fosse injetado, mas, quando cheguei lá, não precisei; tudo foi por conta do plano de saúde”, concluiu.



Referência nacional em crédito consignado



Área de atuação
no território brasileiro



Considerado pioneiro no Brasil na modalidade de crédito consignado, o Paraná Banco é o braço financeiro do Grupo Jmalucelli, atualmente realiza operações em todo território nacional através de uma extensa rede de correspondentes bancários. Sólido, ágil, eficiente e com uma atuação eminentemente conservadora, a instituição prima pela transparência e pela aderência a valores éticos consistentes.

ARTIGO

Estado para resultados

RENATA MARIA PAES DE VILHENA

Secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

No momento em que se propõe para o país uma agenda econômica com medidas que supostamente acelerarão o crescimento, há uma percepção de que as agendas social e fiscal foram concluídas ou, pelo menos, de que a ênfase principal das políticas públicas será o crescimento econômico. Esse falso dilema entre as agendas, a idéia de que existe uma dicotomia entre o econômico e o social, é, em boa medida, responsável pelo insatisfatório desempenho do Poder Público no exercício de suas atribuições.

O processo de redemocratização do país, especialmente no período pós-Constituição de 1988, e a estabilidade de preços alcançada em 1994 determinaram uma nova agenda para a União e governos subnacionais. A abertura democrática, felizmente, cerceou a capacidade do poder público de negligenciar parcela da população que não tem acesso às oportunidades de crescimento pessoal e profissional. A principal consequência é a expansão dos gastos considerados “sociais”, principalmente previdenciários e de transferências, registrados como despesas

correntes. As despesas correntes da União passaram de 20,6% do PIB, em 1995, para 26,8% do PIB, em 2005. A expansão das despesas previdenciárias e das transferências, que correspondeu a 5% do PIB, explica a maior parte desse aumento. Na impossibilidade de financiamento via inflação, notadamente após 1994, restaram três estratégias de financiamento para o setor público, o aumento do endividamento com adoção de juros elevados, principalmente entre 1994 e 1998, a elevação da carga tributária e, complementarmente, a redução dos investimentos públicos. Nos últimos 15 anos, o governo se apropriou de dois terços da renda adicional gerada na economia brasileira, e, no mesmo período, a participação do investimento público no PIB foi reduzida de 1,2% para 0,7%.

Portanto, o êxito no equilíbrio das contas públicas decorreu mais de ampliação de receitas do que de redução de despesas. A carga tributária brasileira supera, de forma notável, a de países como China, Índia ou Chile. Ao se tratar isoladamente a



Renata Maria Paes de Vilhena
Secretária de Planejamento
e Gestão de Minas Gerais

Público, mesmo com forte expansão das despesas, foi incapaz de reverter o perverso quadro social e, o que é mais grave, permanece a retórica setorialista de que o problema é a falta de recursos.

Acreditar que existem dilemas intransponíveis entre as Agendas Social, Econômica e Fiscal significa conformar-se com o baixo desenvolvimento do Brasil. Se para reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população precisamos restringir o crescimento, ou se para alcançar o crescimento é necessário descuidar da garantia de acesso universal aos serviços públicos que permitem oportunidades equânimes de desenvolvimento das pessoas, faremos sempre escolhas que inviabilizam o desenvolvimento sustentado do país.

Deveria existir uma única agenda - de desenvolvimento - com uma meta de longo-prazo relacionada com a qualidade de vida das pessoas. As políticas econômica e social integrariam essa agenda, como gêneros complementares da Agenda de Desenvolvimento. Quanto à Agenda Fiscal, temos de ampliar o conceito atual de equilíbrio fiscal, restrito aos resultados em termos de superávit e endividamento, em direção à qualidade fiscal. A qualidade fiscal incorporaria outros indicadores de desempenho e metas para o setor público, como carga tributária e, especialmente, os resultados das políticas de desenvolvimento econômico e social, medidos por meio de indicadores objetivos.

Nesse arranjo, a sociedade, de forma transparente, teria informações sobre o ônus e o resultado esperado das políticas públicas. O governante seria avaliado pela capacidade de melhorar indicadores econômicos e sociais sem onerar adicionalmente a sociedade, rompendo a lógica atual de comparar o desempenho em determinada área pelo volume de gastos. A criação ou agregação de valor aos bens e serviços públicos se tornaria condição para o alcance dos resultados. Esse é o principal fundamento do conceito de Estado para Resultados que norteará as ações do Governo de Minas a partir deste ano.

A estratégia para Minas, numa perspectiva de longo-prazo (2023) e seu desdobramento para o atual mandato do governador Aécio Neves, identificou 11 áreas de resultados nitidamente perceptíveis para a sociedade. Cada área de resultado agrega os principais desafios, objetivos e metas para administração pública, bem como iniciativas essenciais para trans-

agenda fiscal alcançou-se, de um lado, o superávit necessário para o início da redução do endividamento e, paulatinamente, dos juros, mas, de outro, se estabeleceu, no país, um novo patamar de carga tributária que onera excessivamente a sociedade brasileira. Ainda, o crescimento dos gastos correntes vem comprimindo os investimentos públicos, especialmente nas áreas que ampliariam a competitividade do setor produtivo.

Os principais efeitos dessa combinação - aumento da carga tributária e redução nos investimentos públicos - no ambiente de negócios são o desincentivo ao investimento privado, o aumento da informalidade e a perda de competitividade das empresas. O baixo crescimento econômico do Brasil, desconsiderando fatores circunstanciais de um momento histórico ou outro, é resultado de um setor público que sufoca o desenvolvimento econômico.

Retornando às agendas, poder-se-ia supor que o preço que a sociedade pagou, em termos de baixo crescimento econômico, foi suplantado pelos benefícios da agenda social. Todavia, nossos indicadores sociais, com raros e pontuais exemplos, tiveram evolução insuficiente no período pós-1988. Na educação, apenas 45% da população de 15 a 17 anos está cursando a série correspondente à sua idade e 16% dos jovens nessa faixa etária estão fora da escola. O atual sentimento de medo da população alçou a segurança pública à principal preocupação do brasileiro.

Constata-se o óbvio: na agenda social, o Poder

formarmos a estratégia em resultados concretos (ver box). Duas dimensões complementares do Estado para Resultados, a Qualidade Fiscal e a Gestão Eficiente, contendo metas de desempenho para a administração pública, são os insumos ou pilares para a realização dos resultados.

No Estado para Resultados, todos os dirigentes e organizações do Poder Executivo serão fundamentalmente avaliados pela contribuição nas áreas de resultados. Para isso, os principais instrumentos de gestão para resultados adotados em Minas a partir de 2003 - acordo de resultado (contrato de gestão), avaliação e adicional de desempenho dos servidores e prêmio

por produtividade - incorporaram as áreas de resultado, seus indicadores e metas, como fonte essencial das contratualizações, avaliações e incentivos.

Julgamos que a experiência do Governo de Minas indicará que, ao mudarmos a forma de avaliar os governos, o falso conflito entre o econômico e o social encontraria na gestão eficiente a resposta de que é possível instalarmos uma Agenda de Desenvolvimento. A boa gestão é aquela que faz mais e melhor com menos, que alcança metas econômicas sem negligenciar o social ou a estabilidade fiscal, que estabelece e cumpre uma trajetória de desenvolvimento para o país.

Metas-síntese das Áreas de Resultado

1 - Educação Básica de Qualidade: melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio e contribuir para o aprimoramento da pré-escola.

2 - Protagonismo Juvenil: aumentar o percentual de jovens que concluem o ensino médio e ampliar as suas oportunidades de inclusão produtiva.

3 - Valor Agregado da Produção: ampliar o volume anual de investimentos produtivos - privados, públicos ou em parcerias - e qualificar a mão-de-obra em parceria com o setor privado.

4 - Inovação, Tecnologia e Qualidade: garantir que o investimento público e privado na geração de conhecimento seja orientado pela demanda do setor produtivo.

5 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri: aumentar o volume de investimentos privados nessas regiões, por meio da atração de capitais produtivos, da melhoria da infra-estrutura, da educação, da qualificação para o trabalho e das condições de saúde e saneamento.

6 - Logística de Integração e Desenvolvimento: aumentar o percentual da malha rodoviária estadual em condições boas de conservação, otimizando custos e resultados, concluir o Processo e construir, em conjunto com a União e demais estados, uma solução para a malha federal.

7 - Rede de Cidades e Serviços: ampliar o número de municípios com Índice Mineiro de Responsabilidade Social adequado, provendo, sob a ótica de uma rede hierarquizada e interconectada entre as diversas áreas, serviços públicos e privados de qualidade.

8 - Vida Saudável: universalizar a atenção primária de saúde para a população, reduzir a mortalidade e morbidade infanto-juvenil, melhorar o atendimento e reduzir a incidência de doenças crônicas na população adulta e ampliar significativamente o acesso ao saneamento básico.

9 - Defesa Social: reduzir de forma sustentável a violência no estado, com a integração definitiva das organizações policiais, enfatizando as ações de inteligência, a ampliação das medidas preventivas e a modernização do sistema prisional.

10 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva: minimizar o percentual de pobres em relação à população total, com medidas regionalmente integradas e com intensificação de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação e saneamento.

11 - Qualidade Ambiental: aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA) do Rio das Velhas, conservar o Cerrado e recuperar a Mata Atlântica, ampliar o tratamento de resíduos sólidos e tornar mais ágil e efetivo o licenciamento ambiental.



Qualidade, inovação e gestão participativa balizam programa de governo

Ascom/Sead



Secretária de Administração do Pará, Maria Aparecida Cavalcante, ao lado da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa

A determinação de cumprir as metas do programa de governo da primeira governadora eleita pelo estado do Pará, Ana Júlia Carepa, tem norteado as ações da Secretaria de Estado de Administração no sentido de decidir e executar diversas medidas finalísticas e outras em suporte ao trabalho dos demais órgãos da administração estadual, tendo como eixos estratégicos a qualidade de vida dos servidores, a inovação para o desenvolvimento e a gestão participativa, democrática e descentralizada, que balizam o programa de governo atual

Nos quatro primeiros meses a nova administração da Secretaria de Estado de Administração (Sead) já contabiliza vários avanços. Entre as ações iniciadas no que se refere ao melhor funcionamento da Sead, uma atende à necessidade de urgente reacomodação da Secretaria em um único local, tendo em vista que atualmente o órgão funciona em cinco prédios distintos, situação que, além de onerar os cofres públicos em R\$ 36 mil por mês, quase meio milhão por ano, torna o funcionamento da secretaria bastante precário.

Assim, com o aval da Casa Civil do governo do estado, a nova administração já está providenciando a mudança da Sead para um

único prédio, no qual estão sendo feitas as necessárias reformas e adaptações. Na nova sede também será implantado o primeiro quiosque do Serviço de Atendimento de Excelência ao Cidadão, cujo projeto está em fase de estudos pela Diretoria de Desenvolvimento de Gestão da Sead. O Serviço de Excelência ao Cidadão visa a melhoria, ampliação e integração dos serviços prestados pelo estado ao cidadão. Os postos desse serviço vão reunir num só local vários órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando aos usuários economia de tempo e custos, além de conforto no atendimento, expandindo a idéia de justiça social e atendimento humanizado aos cidadãos que atualmente não dispõem desse serviço.

Crédito Consignado

Outra medida de grande interesse para o servidor público estadual do Pará, já anunciada pela secretária de Estado de Administração, Maria Aparecida Barros Cavalcante, diz respeito ao crédito consignado em folha de pagamento. Esse tipo de empréstimo faz parte das reivindicações dos servidores e integram a própria pauta de negociações que os sindicatos locais apresentaram à governadora Ana Júlia Carepa. O crédito consignado pode atender a essa reivindicação e, para isso, a Sead está elaborando um estudo com vistas à implantação de sistema que permita não só a concessão do benefício, mas também o controle do estado sobre a margem consignatória a que cada servidor tem direito, podendo oferecer algo à semelhança de um cartão de crédito consignado. “A idéia é promover ações de educação financeira para que o servidor tenha clareza suficiente sobre os detalhes de uma operação de crédito consignado, antes de contratá-la, para evitar problemas como o comprometimento do orçamento familiar”, explicou a secretária de Administração.



Maria Aparecida Cavalcante
Secretária de Administração
do Estado do Pará

Qualificação

A Sead é parceira de todos os órgãos do estado e, como tal, tem auxiliado os dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta na complexa tarefa de reorganizar estruturas administrativas ou criar novos órgãos. Na área de Recursos Humanos, por exemplo, uma das primeiras ações dessa parceria foi a realização da I Reunião de Trabalho Sobre Gestão de Pessoas no Novo Governo realizada em março deste ano conjuntamente pela Sead, Instituto de Assistência ao Servidor Público e Instituto de Gestão Previdenciária do Pará, com a participação da Escola de Governo do Estado. O encontro serviu para qualificar os novos gestores de RH (e requalificar os demais) nas rotinas administrativas, otimizando o fluxo entre a Sead e os outros órgãos, para agilizar o atendimento às situações de interesse dos servidores e os outros órgãos e também unificar os procedimentos referentes à operação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGIRH).

A secretária Maria Aparecida Cavalcante avalia que iniciativas como essa marcam positivamente a relação entre a Sead, o Iasep, o Igeprev, a Escola de Governo e o serviço de Recursos Humanos dos órgãos setoriais e demonstram a nova postura desses órgãos e do governo em relação aos seus principais parceiros, que são os servidores e servidoras do estado.

Outro compromisso assumido pela Sead com a governadora Ana Júlia é a realização de um levantamento do perfil sócio-econômico dos servidores do estado do Pará, com a participação das entidades representativas dos próprios servidores. Além das informações funcionais, o banco de dados incluirá informações sobre os núcleos familiares, habilidades dos servidores e toda sua formação escolar e profissional para permitir que, entre outras informações consolidadas, possa ser gerado um Banco de Talentos do Funcionalismo Público do Pará, cujo produto final, além de ser uma excelente ferramenta de gestão de pessoas, permitirá várias ações concretas de valorização do servidor.

A maior e mais importante ação da Sead este ano, entretanto, será a renovação da maior parte do funcionalismo com a realização de concursos públicos para a substituição de servidores temporários que, de acordo com os últimos dados da Diretoria de Sistemas de Gestão de Pessoas da Sead, coletados em fevereiro/2007, são 20.900 em todo o estado. Só no primeiro semestre já foram realizados concursos para a Polícia Civil do Estado, Fundação Cultural Tancredo Neves, Secretaria de Estado de Cultura e Centro de Perícia Científica Renato Chaves; até o final do ano estão previstos mais nove concursos públicos no âmbito estadual.

Perícia médica

Entre as ações prioritárias da Sead, a questão da perícia médica vem merecendo especial atenção. O atendimento era prestado por meio de um contrato repleto de irregularidades mantido entre o Centro de Diagnósticos Basileu Neves S/C Ltda. e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará. Em outubro de 2006, o serviço foi transferido para a Sead. Os valores chegavam a R\$ 154 mil mensais, mais uma cobrança extracontratual de R\$ 70,00 por atendimento. Em maio deste ano, a Secretaria de Administração passou a questionar os procedimentos da empresa e suspendeu o pagamento dos serviços; em consequência, a empresa interrompeu o atendimento. A partir daí, os serviços vêm sendo prestados diretamente pela Sead, com apoio da Secretaria de Estado de Saúde, de forma emergencial, mas bastante satisfatória. “O número de profissionais ainda é insuficiente e a estrutura não está completa, mas os serviços de perícia médica que começamos a oferecer aos servidores no dia 5 de fevereiro têm melhor qualidade e maior credibilidade do que aqueles que eram prestados pela empresa”, garante Maria Aparecida Cavalcante.

Tecnologia de informação

A Secretaria de Administração integra o Grupo de Trabalho Intersetorial que cuida dos assuntos relacionados à Tecnologia de Informação e Comunicação, no âmbito da Câmara Setorial de Gestão. “Nossa contribuição é fortalecida pelos resultados de um amplo trabalho realizado pelo Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados, o Pnage, que está em fase de reavaliação e atualização”, declara a secretária.

Pnage

No Pará, o Pnage já apresentou, entre outros produtos, um levantamento do parque tecnológico instalado no estado, a elaboração de uma Proposta de Política de Tecnologia da Informação e Comunicação e os resultados do workshop sobre Política e Modelo de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Estado do Pará. Em suma, está ajudando o estado a cumprir a orientação de desenvolver um sistema de gestão integrada e democratizada por meio da Rede de Modernização da Gestão.

Sistema permite acompanhamento de processos **pelo celular**

Ascom/Sead



Gustavo Nogueira
Secretário de Administração
do Estado da Paraíba

Técnicos da Secretaria de Administração da Paraíba desenvolveram uma ferramenta que permite o monitoramento de processos, de forma ágil e segura, utilizando a tecnologia SMS dos aparelhos celulares. O TCEDocs é um sistema informatizado de cadastro e acompanhamento de ofícios, originados no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que estabelecem prazo de resposta por parte da Secretaria de Administração do Estado. O sistema entrou em operação há dois meses.

Para o secretário de Administração, Gustavo Nogueira, a grande contribuição do sistema é o monitoramento dos ofícios observando os prazos para apresentar respostas a eles. “O sistema é uma ferramenta facilitadora, pois socializa as informações para quem gerencia os processos e dá maior destaque ao setor jurídico no tocante aos prazos para apresentar respostas aos ofícios”, disse o secretário.

Com o sistema, o setor jurídico da secretaria recebe, diariamente, informações sobre ofícios enviados pelo Tribunal de Contas do Estado. As informações são encaminhadas para os aparelhos de celular GSM dos usuários cadastrados no sistema. O cadastro e o trâmite dos ofícios podem ser acessados por qualquer navegador Internet Explorer 5.5 ou superior e similares.

Segundo Hélio Camilo dos Santos, gerente executivo de Modernização da Gestão da Secretaria de Administração da Paraíba, o TCEDocs está subdividido em três módulos funcionais: Aplicação Web, Timer e Aplicação Midlet. “O primeiro

módulo é responsável pelo cadastro e pelo trâmite dos ofícios, que são acessados pela internet em ambiente Web. O segundo, o Timer, é onde ocorre a verificação dos ofícios com prazos a vencer ou vencidos, avisando o gestor sobre a situação do documento por meio de mensagens SMS via celular. Já o terceiro módulo é responsável pelo detalhamento de um determinado ofício, com consultas feitas por intermédio do aparelho celular GSM”, explicou.

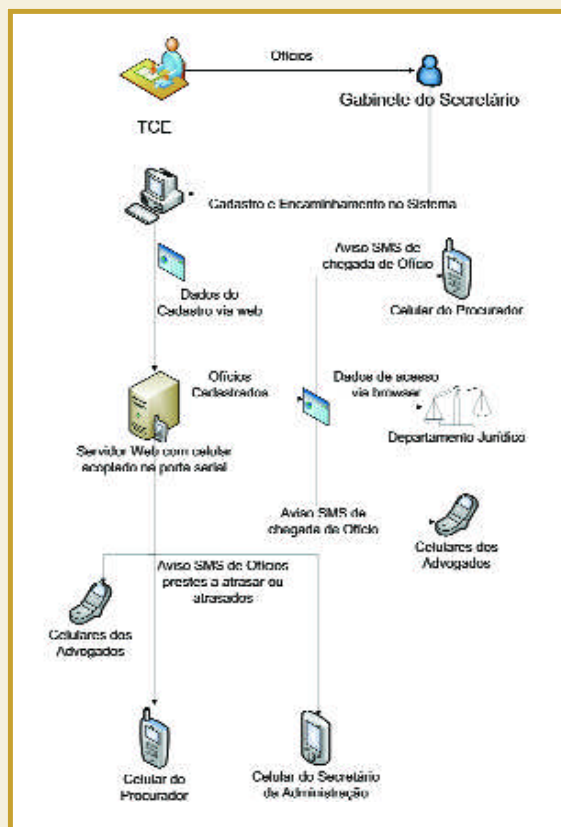
Entre as funcionalidades do sistema está o cadastro de ofícios, onde são registrados número, ano, câmara de origem, data, breve assunto, número do processo na secretaria, data do processo e prazo de resposta. Após seu cadastramento, os ofícios podem ser encaminhados para a Assessoria Jurídica tomar as devidas providências acerca do assunto tratado no documento. Os usuários que fazem parte do setor de destino, nesse caso, os advogados da Assessoria Jurídica, recebem um aviso SMS em seu celular avisando quando chega o referido ofício.

Já o secretário de Administração, o procurador jurídico e os advogados recebem mais uma mensagem SMS alertando sobre os prazos para responder aos ofícios enviados pelo Tribunal de Contas.

Durante a transferência do ofício para um setor de destino, o usuário poderá ver todo o seu histórico de tramitação no final da tela. Já o usuário do setor de destino confirma o recebimento do ofício permitindo o controle temporário sobre o seu trâmite. Um setor de destino não poderá encaminhar de volta os seus ofícios enquanto não confirmar o recebimento.

O sistema também permite a consulta de ofícios, pela qual é possível listar todos os documentos providenciados ou pendentes dentro do setor no qual o usuário está vinculado. A situação dos prazos também é listada nessa consulta, em que se pode verificar o tempo de atraso ou o tempo gasto para conclusão. O sistema TCEDocs gera relatórios periódicos da tramitação dos processos, o que permite agilizar ainda mais o trabalho e corrigir atrasos e pendências.

O modelo de acompanhamento feito pelas mensagens SMS, adotado no TCEDocs, está servindo de base para a Central de Compras do Governo da



Paraíba, que está herdando suas funcionalidades para avisar aos gestores sobre as situações dos seus processos de compras. Esse sistema está em fase de teste e deve ser apresentado aos secretários do estado da Paraíba até o final do mês de junho.

Com o sistema voltado para a Central de Compras, cada gestor da administração direta e indireta poderá listar os processos de compra originados na sua secretaria, escolher os de maior interesse e, a partir daí, receber constantes mensagens em seus celulares toda vez que esses processos mudarem de setor ou status, inclusive com o tempo decorrido. Eles também poderão consultar detalhes de um processo por meio de uma ferramenta específica em seu aparelho celular via GPRS.

Dados Técnicos do Sistema

Sistema Operacional: Microsoft Windows Server 2003

Container: Tomcat 5.5

SGBD: SQL Server 2000

Módulo Web: Java JSP, Servlet, Ajax e DHTML (DHTML Suíte - <http://www.dhtmlgoodies.com>).

Midlet: J2ME (MIDP 2.0 e CLDC 1.1)

IDE de Desenvolvimento: Eclipse 3.2 (Servidor) e NetBeans 5.5 (Midlet)

Comunicação Serial e Envio de Torpedos: SMS Java Library (<http://smsj.sourceforge.net>).

Gerador de Relatórios: IReport 1.2.2 e Jasper Reports 1.2.2.

Importante: A aplicação pode ser voltada para um ambiente totalmente gratuito.

Secretaria da Administração se firma como o órgão de gestão do Paraná

Secom/Seap



Maria Marta Renner Lunardon
Secretária de Administração e
Previdência do Estado do
Paraná

A reorganização das carreiras do funcionalismo público, a implantação de novas ferramentas na gestão de pessoas, a ampliação do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) do servidor público estadual, a criação da Escola de Governo, a adoção de uma nova política de gerenciamento da frota, a efetivação de mudanças nos sistemas de compras de produtos e contratações de serviços e a modernização da gestão de documentos.

Resumidamente, essas foram as principais realizações do Governo do Paraná, nos últimos quatro anos, no que se refere às atribuições da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap). Tão importante quanto todas essas novas medidas, foi, porém, a afirmação da Secretaria da Administração como o órgão de gestão do Poder Executivo.

Sem “choques” ou modificações bruscas, a Seap passou por um processo de reorganização estrutural, gradativo, mas que deu à secretaria a missão e a tarefa de cada vez mais se consolidar como responsável pela gestão da máquina pública estadual. Não se tirou a autonomia administrativa das demais unidades do governo. O que se fez - e que continua em curso - foi a implementação de mecanismos que permitem um acompanhamento, um controle e um apoio mais efetivo e eficaz dos dados, das informações, do andamento das compras, das contratações, enfim, da estrutura do estado.

“Não sabíamos, por exemplo, quanto o estado gastava para manter sua frota, quanto despendia com viagens - as informações eram dispersas. Aos poucos, fomos resolvendo esse problema e hoje já conseguimos ter números mais seguros, e de maneira mais rápida, sobre a administração do estado”, conta a secretária Maria Marta Renner Weber Lunardon. “O trabalho foi minucioso, complexo, precisou de superação de muitos obstáculos. Não está encerrado, há muito para se fazer. Todavia, hoje temos a certeza de que avançamos, demos importantes passos para dotar o estado de uma gestão mais moderna e, sobretudo, transparente”, ressalta.

Há ainda alguns desafios que a secretária assinala entre as prioridades à seqüência do trabalho que vem sendo feito. A construção de um sistema integrado, informatizado, para a gestão de suprimentos (compras, contratos, estoques), que já vem sendo desenvolvido em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é um desses desafios. A revisão do estatuto do servidor, com novas regras, e a efetivação - em conjunto com outras secretarias - do controle interno das ações e políticas públicas do estado são outras duas prioridades.

A “governanta”

A secretária Maria Marta Lunardon observa que a Seap não atua isoladamente nessa tarefa de responder pela gestão do Poder Executivo. As atividades da Secretaria da Administração estão inter-relacionadas com as de outras secretarias, particularmente daquelas classificadas entre a equipe do Governo do Paraná como “secretarias-meio” - Planejamento e Fazenda e órgãos como a Procuradoria-Geral.

Há ainda relação intrínseca com a Paraná

Previdência (com quem a Seap mantém contrato de gestão das aposentadorias e pensões do funcionalismo) e com órgãos de outros poderes - como o Tribunal de Contas. “E, claro, como servimos de suporte logístico do Estado, atuamos sempre em conjunto com as chamadas “secretarias fins”, aquelas responsáveis pelo serviço na ponta, oferecido ao cidadão - saúde, educação, transportes, segurança e todos os outros”, explica Maria Marta. “Costumamos dizer, entre os integrantes da nossa equipe, que Seap é como se fosse uma ‘governanta’ do estado.”

“Qualquer programa de governo, qualquer ação, de alguma maneira, tem o suporte da Secretaria da Administração. Assim, para que a merenda chegue às escolas, para que haja medicamentos nos hospitais, para a polícia realizar operações, para que os funcionários públicos sejam pagos em dia, para que os museus popularizem a cultura, para que o governo preste assistência à agricultura, à indústria, à economia paranaense - trocando em miúdos, para que o estado caminhe e preste serviços à população -, a Seap precisa funcionar, e bem”, frisa a secretária.

Gestão de Pessoas

Investimento no funcionalismo, uma das marcas

Uma das marcas da atual gestão no que se refere às atribuições da Secretaria da Administração do Estado do Paraná foi o investimento no funcionalismo público. A renda do servidor foi recuperada e o potencial dos funcionários públicos, resgatado, com programas de aprimoramento profissional e desenvolvimento pessoal. Tudo para que a máquina pública seja administrada por servidores preparados, capazes de fazer o estado funcionar de forma eficiente e eficaz. Confira as principais ações:

- Reestruturação das carreiras do Poder Executivo - novos planos de cargos, revisão das tabelas de vencimento, instituição de gratificações, implementação de progressões e promoções, entre outras medidas que representaram reajustes salariais a todas as categorias.
- Instituição do Piso Social Complementar, que estabelece hoje em R\$ 580 a menor remuneração do funcionário público estadual, tanto da ativa como aposentados e pensionistas.
- Realização de concursos públicos e contratação dos aprovados, nas mais diversas áreas: educação, saúde, segurança, sistema penitenciário, administração e planejamento.
- Modernização dos bancos de dados, que passaram a possibilitar a obtenção de relatórios de dados e estatísticas necessários à tomada de decisões mais eficazes;
- Transferência das contas da folha de pagamento para bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).
- Criação da Escola de Governo, órgão responsável pelas políticas de capacitação do funcionalismo. A Escola de Governo tem programas de cursos de curta duração, de pós-médio e pós-graduação, gratuitos, entre outras ações.
- Ampliação em mais de três vezes da rede do Sistema de Assistência à Saúde do Servidor (SAS).



Gestão de Suprimentos

Economia e transparência com as compras

Também é de responsabilidade da Secretaria da Administração a gestão das compras e contratações de serviços da maior parte dos órgãos do Poder Executivo. A medida que mais tem se destacado nos últimos anos é o aprimoramento e ampliação do uso do pregão eletrônico. Mas há outras ações desenvolvidas. Acompanhe:

- Mais rigor na definição dos preços máximos dos editais de compras de produtos e de contratações de serviços, com formação de bancos de dados confiáveis,

baseados em aquisições anteriores e em pesquisas de mercado.

- Aprimoramento dos editais de licitação na contratação de prestadoras de serviço (limpeza, vigilância, manutenção), de forma a assegurar que os trabalhadores das empresas contratadas tenham seus direitos salariais e sociais quitados em dia.

- Contribuição para o projeto de lei estadual de licitações, elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE);

Gestão da Frota

Medidas asseguram controle dos gastos



Substituir os carros alugados por próprios. Controlar com rigor o quanto se gasta com combustível e manutenção. Nesses pilares se sustenta a política de gerenciamento da frota pública, da Seap. As medidas adotadas, em síntese, foram:

- Informatização do controle de gastos com combustível. Implantação do sistema centralizado de manutenção de veículos, na capital e interior, que permite ao poder público acompanhar quanto e como gasta para manter a frota oficial, o que não existia.

- Programa de leilões de carros chamados “inservíveis” ou usados, com reversão dos valores arrecadados na aquisição de veículos novos.

- Consolidação do sistema de gerenciamento de viagens (Central de Viagens), com acompanhamento de despesas (aquisição de passagens, diárias, combustível, táxi) e a obtenção de relatórios gerenciais. Mais órgãos foram integrados ao sistema.

Gestão do Patrimônio

Construção de um diagnóstico

Fazer um diagnóstico detalhado da situação dos bens móveis e imóveis do Poder Executivo estadual, para se ter maior controle sobre o patrimônio público e tomar medidas que façam com que o estado gaste menos com aluguel de imóveis. É a esse trabalho que a equipe da Seap tem se dedicado. Cerca de 200 imóveis pertencentes ao Estado, até então não documentados, foram identificados.



Gestão de Documentos

Arquivo Público atualiza procedimentos

O Departamento Estadual de Arquivo Público (Deap) passou por um processo de reestruturação que incluiu a reorganização do acervo, a informatização de parte dele e a promoção de eventos relacionados à gestão de documentos públicos. A produção de publicações de valor histórico, premiadas recentemente, também estão entre as ações do Arquivo paranaense, nos últimos anos.

Serviço

Informações sobre a Secretaria da Administração do Estado do Paraná podem ser conferidas pela internet, nas páginas www.seap.pr.gov.br, www.pr.gov.br/portaldoservidor e www.escoladegoverno.pr.gov.br.

Diversificação energética, um novo enfoque na Gestão Patrimonial do RS

JUSSARA MATTUELLA

Assessora estratégica da Secretaria da Administração
e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul

O **patrimônio imobiliário** de um estado é um dos elementos que viabilizam o cumprimento das funções públicas para a sociedade. No Rio Grande do Sul, no acervo de quase 10 mil imóveis públicos são viabilizados os serviços essenciais para a população nas áreas de saúde, educação e segurança, além de ações de regulação e fiscalização. Aliado à condição de operacionalização dos serviços, o próprio valor intrínseco desse patrimônio confere ao responsável pela sua gestão a missão de formular políticas públicas que visem a sua preservação.

Paralelamente à racionalidade e à economicidade na ocupação de prédios públicos, identificando eventuais imóveis inservíveis às funções públicas, a Nova Política Pública de Gestão Patrimonial perpassa o gerenciamento desses imóveis, com o devido levantamento e qualificação do patrimônio existente. A proposta de Gestão Patrimonial em implementação no Rio Grande do Sul está voltada para a sustentabilidade das edificações, com projetos de provimento energético com base em fontes alternativas de energia e de eficiência energética dos equipamentos e instalações elétricas.

O novo modelo energético federal indica como diretrizes a diversificação da matriz energética com o aproveitamento de fontes locais e a eficiência dos processos elétricos. Com metas convergentes ao modelo federal, a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul desencadeia no cenário nacional a conscientização para a contribuição pública ao grande projeto do uso eficiente dos recursos energéticos.

A diversificação no provimento de energia está sendo proposta em um projeto-piloto que será im-

plantado no Centro Administrativo Fernando Ferrari (Caff), baseado na fonte solar, com a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura da Secretaria da Educação. Outro projeto está sendo desenvolvido nos mesmos moldes e contempla a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag).

Segundo o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) da Eletrobrás, chega a 40 milhões de KWh, ou US\$ 2,8 bilhões, o total de energia desperdiçada anualmente. Nesse cenário, o projeto-piloto de eficiência energética do Caff objetiva a implementação de um conjunto de medidas práticas que visam a conservação de energia e aumentam a eficiência dos sistemas elétricos.

Dado que o consumo de energia elétrica ao longo dos últimos anos vem aumentando a taxas maiores que o crescimento do PIB, mesmo em períodos de estagnação econômica, é de vital importância a necessidade da adoção de programas de eficiência energética como ferramenta para garantir a disponibilidade de energia a baixo custo, prática essa que diminui ou posterga a necessidade de expansão do sistema de geração e transmissão.

A partir da conscientização sobre a importância da energia, entendendo os recursos energéticos e suas limitações, o estado atende ao cumprimento de ajustes internos exigidos em processos de habilitação para financiamentos, além de consistir em uma das formas de ajuste fiscal. Essa política traz também como um dos principais resultados a redução dos impactos ambientais provocados pelo uso ineficiente dos recursos energéticos, de modo a contribuir para o crescimento sustentável do Rio Grande do Sul.

Secretaria de Administração de Pernambuco instala Mesa Permanente de Negociação

Ascom/Sare



Paulo Câmara
Secretário de Administração
do Estado de Pernambuco

Bastaram apenas três reuniões com entidades representativas dos servidores públicos estaduais para a Secretaria de Administração de Pernambuco (SAD) definir o teor do modelo que vai reger o Programa de Negociação Permanente. No último encontro, que ocorreu no início de maio e reuniu 22 representantes sindicais, foi batido o martelo e decidido como vai funcionar o programa, cuja finalidade específica é a implantação de um modelo participativo de gestão de pessoas, com enfoque principal na valorização do servidor.

O programa promove a participação dos servidores, por intermédio de seus representantes, no planejamento e execução de ações voltadas para o aperfeiçoamento e qualificação profissional. Ainda tem como meta implantar diretrizes gerais relativas ao plano de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV), entre outros pontos.

O secretário de Administração de Pernambuco, Paulo Câmara, destacou o fato de que o processo de construção ocorreu de forma tranqüila, com mais convergências de idéias e entendimentos do que divergências.

Os representantes sindicais terão papel importante no programa, pois poderão debater a política salarial, enfatizan-

do sua implantação na perspectiva de recuperação do poder aquisitivo salarial. O documento também consente a participação da categoria na elaboração do orçamento relativo às despesas com pessoal. Com a implantação do programa, o governo de Pernambuco pretende promover a democratização das relações de trabalho, por meio da negociação coletiva, sempre na perspectiva da prestação de um serviço público de qualidade.

A Mesa Geral de Negociação Permanente tratará das questões de interesse coletivo e, com exclusividade, das questões de natureza financeira. Ela será composta pelo secretário de Administração, secretário da Fazenda, secretário de Planejamento e Gestão, chefe da Casa Civil, representante da Procuradoria-Geral do Estado e ainda por dois representantes dos servidores que deverão ser referendados pelo fórum dos servidores estaduais.

Já a Mesa Específica, responsável pelas questões de natureza técnica e exclusiva de cada categoria, será formada por representantes do estado da área de Recursos Humanos e por até dez representantes dos servidores.

As reuniões das Mesas deverão ocorrer mensalmente e com pauta definida e seus participantes não receberão nenhuma gratificação de qualquer natureza.

Durante os encontros que antecederam a definição do conteúdo do documento, as lideranças sindicais apresentaram suas sugestões ao programa e a formulação do documento foi fechada com os líderes sindicais. A regulamentação ocorreu por decreto.

Programa de Capacitação

A Secretaria de Administração lançou no mês de maio o Programa de Capacitação 2007 para os servidores do Poder Executivo estadual. Para a elaboração do projeto, a SAD realizou no mês de março o I Fórum de Gestores de Recursos Humanos do Poder Executivo do estado.

O evento teve como objetivo identificar as necessidades de capacitação e treinamento dos servidores nas instituições envolvidas para tornar o investimento mais racional. A idéia também foi levantar os cursos que mais contribuem para o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos servidores. “O Fórum foi pensado para criar uma oportunidade de interação entre os gestores, permitindo que eles apontassem soluções e apresentassem suas necessidades”, explica Paulo Câmara.

De posse dessas informações, a Secretaria - em conjunto com o Instituto de Recursos Humanos (IRH), órgão vinculado à SAD -, elaborou o programa que será executado pela Escola de Governo.

O Plano de Capacitação abrange três áreas: realização de cursos visando a melhoria do serviço público, instrutoria interna e educação continuada. O primeiro tópico se refere aos cursos que compõem o cronograma a ser executado durante todo o ano com foco na capacitação técnica, principalmente dos servidores efetivos do estado que estão na base e que mais precisam de qualificação. “Na nossa gestão, vamos ampliar a capacitação dos servidores com cursos específicos para cada área. O nível gerencial continuará a ser atendido, mas não vamos esquecer dos demais servidores, aqueles que estão na base”, enfatiza o secretário.

Com relação à instrutoria interna, a Secretaria de Administração implantou uma iniciativa inédita que visa a valorização do servidor e que trará economia para o estado. A SAD regulamentou, via decreto, o que determina o artigo 50 da Lei Complementar 49, de 31/01/2003, que se refere ao valor da hora-aula, para fins de ensino, nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Com a medida, os servidores que possuem capacidade técnica e profissional podem atuar como multiplicadores nas salas de aulas, sendo remunerados por tal atividade. A novidade motiva os servidores e reduz os gastos do estado, que pode economizar na contratação de consultorias.

Por fim, a SAD elaborou um programa para regulamentação da bolsa de estudo da educação continuada, com definições como valor, tipos de especialização e modelo de seleção. A intenção é normatizar oferecendo bolsas de estudo, seja para uma pós-graduação, mestrado ou doutorado, de acordo com as necessidades do estado.

A questão ambiental como componente da gestão pública



Ascom/Sead

Desde 2003, a Secretaria da Administração do Estado do Piauí vem desenvolvendo ações que ajudam a preservar o meio ambiente. Coleta seletiva de lixo, dicas de como reutilizar materiais informadas no site, determinação para aquisição e

uso de papel reciclado e revitalização da lagoa do Centro Administrativo são ações desenvolvidas desde 2003 pelo governo do estado. E todas têm o objetivo de ajudar na preservação do meio ambiente, colaborando para uma vida mais saudável no planeta Terra.

Lagoa do Centro Administrativo

Tudo começou com a revitalização da lagoa do Centro Administrativo, na verdade um lago que recebeu água canalizada de uma fonte, as margens foram cercadas e urbanizadas e tem até uma pracinha. O local se transformou em ponto turístico e serve de cenário para cerimônias de casamento, confraternizações e gravação de comerciais. Já são mais de 200 animais às margens da lagoa. Patos, marrecos, capotes, jabutis, garças, gansos, pavões, coelhos, tetéus e soinhos são alguns dos habitantes das margens. Mas há peixes, e muitos, tanto que foram realizadas pescaria e despesca em função da grande quantidade de peixes existentes. O local é um atrativo.

O ambiente agradável atrai diariamente pessoas de todas as idades. Uns aproveitam para fazer caminhada em volta, outros para relaxar, namorar e conversar com os amigos. No período natalino, a lagoa recebe iluminação especial e se tornou mais um ponto turístico em Teresina.



Coleta seletiva de lixo e papel reciclado

A coleta seletiva de lixo começou em 2005. Para isso, os servidores receberam orientações de como separar os materiais. A separação começa nas salas em que cada o lixo é colocado em cestos diferentes para papel, orgânico e plástico. O papel é doado para a Associação dos Cegos do Estado, que, com o dinheiro arrecadado com a venda desse material, compra papel 40, próprio para a escrita em braile, canetas-tinteiro, usadas por pessoas com visão subnormal, e o utiliza para manter o restaurante da entidade.

O presidente da associação, Aluísio Gonzaga, diz que o material é separado por tamanho e vendido para multinacionais de Fortaleza e Goiânia. Ele cita que há um processo crescente de conscientização dos gestores públicos quanto ao meio ambiente. “Além de ajudar a Acep e dar oportunidade de emprego para pessoas cegas, esses órgãos contribuem na conservação do meio ambiente, evitando a poluição da natureza e a derrubada de mais árvores.”

Alguns órgãos estaduais, como a Agência de Tecno-

logia da Informação, antiga Empresa de Informática e Processamento de Dados, já usam o papel reciclado em todos os trabalhos, como a confecção dos 92 mil contracheques dos servidores, incluindo os prestadores de serviços. O preço é igual ao papel comum, diz o presidente Antonio Torres, mas a economia é para a natureza, que tem árvores a menos cortadas.

Em breve, os demais órgãos e empresas estarão utilizando o papel reciclado. O processo para realização de pregão para a compra está em andamento na Secretaria da Administração, e os órgãos podem adquirir o material por meio do Sistema de Registro de Preços da Central de Licitações do Estado, que funciona na Administração.



Regina Sousa
Secretária de Administração
do Estado do Piauí

Conscientização

Os procedimentos são recomendados pela secretária da Administração, Regina Sousa. Ela diz que todos nós somos responsáveis pela preservação ambiental. “É preciso ter consciência de que todos somos responsáveis pelo futuro do planeta. O planeta depende de nós e as pessoas precisam entender isso.” Para Regina Sousa, o estado tem de dar o exemplo com a implantação da coleta seletiva de lixo nos órgãos, uma iniciativa simples e com bons resultados, pois há entidades em Teresina que reciclam materiais. Regina Sousa diz que os governos precisam ter preocupação com o meio ambiente e por isso tem insistido na questão ambiental. Um exemplo é o curso de Gestão Ambiental que a Escola de Governo vai oferecer este ano para os servidores com o objetivo de sensibilizá-los por meio do processo de aprendizagem e reaprendizagem ecológica, possibilitando práticas responsáveis e eficazes na prevenção e solução de problemas e na gestão da qualidade do meio ambiente.

A iniciativa da secretária tem recebido elogios. Antonia da Costa enviou e-mail parabenizando pelo *pop up* colocado nos sites do governo e da Sead. A ONG Outra Margem, que desenvolve o projeto Defensores da Floresta de Pedra, em Teresina, desde agosto de 2006, beneficia 44 jovens filhos de lavadeiras e pescadores dos bairros Ilhotas e São Pedro, na zona sul da cidade. “Sabemos que a defesa de nosso planeta é responsabilidade de todos e que um mundo melhor para vivermos depende de grandes e pequenos gestos positivos que estejam ao alcance de cada um de nós.”

Além de *pop up* com dicas de preservação e de como reutilizar materiais nos sites do governo e da Sead, o sistema de som interno é outro instrumento importante para ajudar na conscientização dos servidores e usuários do Centro Administrativo. No dia Mundial da Água foi feita uma programação especial para conscientizar as pessoas de que o líquido é precioso e que, se não economizarmos, pode acabar em poucos anos.

Rio Grande do Norte cria curso de especialização em Gestão Pública

Ascom/Searh

A Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Rio Grande do Norte (Searh) foi o primeiro órgão do governo do estado a aderir ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) e hoje já conta com mais de 10 gestores públicos aperfeiçoados. Em toda a administração do RN são mais de 250 servidores formados em Gestão do Serviço Público. Semanalmente, um grupo de 60 representantes das organizações públicas estaduais da administração direta e indireta se reúne para estudar exemplos e buscar experiências bem-sucedidas de empresas que já finalizaram os processos de auto-avaliação e o plano de metas. Percebendo o interesse despertado e a importância do modelo, o governo optou por desenvolver um projeto de gestão baseado no Gespública, só que adaptado às necessidades locais.

Gestão RN

O Programa de Excelência Gerencial do Estado do Rio Grande do Norte (Gestão RN) foi concebido pela Searh e vem contando com o apoio de servidores



que formam uma espécie de comitê. O Gestão RN está baseado nos sete critérios de avaliação do Gespública: Liderança, Estratégia de planos, Cidadãos e Sociedade, Informação e conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados. O modelo foi institucionalizado por um decreto lei que está fase de publicação. Um dos diferenciais propostos pelo Gestão RN está na aplicação de cursos de formação de multiplicadores e na criação de um curso de pós-graduação de avaliadores em Gestão Pública.

Especialização

A grande preocupação do comitê do Programa de Excelência Gerencial do Estado do Rio Grande do Norte, Gestão RN, é manter a continuidade do processo de assimilação dos conhecimentos e a efetivação das práticas da gestão, por isso, foi criado um curso de pós-graduação, dando ênfase à avaliação na área de Gerenciamento Público. O projeto de especialização está pronto e vai ser desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aguardando apenas a publicação do decreto que cria o Gestão RN para ser iniciado. A continuidade do trabalho foi levada em consideração na hora de definir os critérios estabelecidos aos candidatos do curso que obrigatoriamente precisam ser servidores efetivos, ter preferencialmente nível superior, integrar os grupos de estudos da gestão e ser designado membro gestor do órgão. O curso vai formar avaliadores do serviço público em doze disciplinas, entre elas, os sete critérios do Gespública que vão ser aplicados nas instituições de origem. O diferencial é que os servidores-alunos, durante o curso, produzam as auto-avaliações do órgão e, como trabalho final, tracem um plano de melhoria.

Para o secretário-adjunto da Searh, Marcos Lael Alexandre, coordenador-geral do Gestão RN, “a eficácia e a continuidade de programas governamentais dependem diretamente da capacitação de servidores e, neste caso, o conhecimento torna-se decisivo para que a avaliação da gestão pública dê-se em bases técnicas com visão ampla dos componentes da gestão governamental”. Lael acrescenta que as estratégias adotadas objetivaram, num primeiro momento, sensibilizar servidores efetivos, depois capacitá-los em teoria e prática, para então chegar a uma avaliação confiável.



Modelo de Gestão e Eficiência



Um novo levantamento realizado pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos indicou uma redução nas despesas do governo com os serviços de telefonia na ordem de 22%. Os dados mostram que, entre 2004 e 2006, houve uma queda na conta dos telefones móveis e fixos. A economia nesse período chegou a quase R\$ 5 milhões.

A maior economia foi no contrato de telefonia móvel, que caiu de R\$ 4 milhões em 2004 para R\$ 1,8 milhão em 2006, valor 55% menor. Já as despesas com telefonia fixa caíram de R\$ 14 milhões para R\$ 10,8 milhões no mesmo período, uma economia de 22%.

“Nesse período, ampliamos a rede telefônica em mais 2 mil ramais e, mesmo assim, registramos queda nos custos”, comemora o secretário de Administração, Paulo César Medeiros. Ele explica que esse resultado é fruto de uma série de medidas implementadas, como a centralização do gerencia-

mento do serviço, aumentando o controle dos gastos.

Outra medida importante que resultou em economia está no novo contrato realizado com a operadora de telefonia celular, que permite interligar com os ramais fixos sem custo adicional. Atualmente, o governo do estado possui 1.200 aparelhos celulares, que também podem contatar entre si livres de faturamento.

Quando falamos em gastos com combustível, a redução também é significativa, chega a R\$ 500 mil em 2006. Para conseguir essa economia, a Secretaria de Administração do Rio Grande do Norte estabeleceu, entre outras medidas, uma quantidade máxima de abastecimento dos carros administrativos, que passou de 30 litros/dia para 15 litros/dia, por veículo. A meta desse ano é reduzir em 20% o custo total de R\$ 23 milhões gastos com o abastecimento da frota.

“A economia desses quase R\$ 5 milhões, apenas com telefonia, e mais a redução nos custos do abastecimento da frota mostram a preocupação do governo Wilma de Faria em gerir melhor as despesas, aumentando o poder de investimento em ações sociais”, completa o secretário Paulo César Medeiros.

Gaúchos são pioneiros na emissão de Nota Fiscal Eletrônica

Ascom/SARH

O pioneirismo gaúcho está impresso no Projeto Nota Fiscal Eletrônica. O Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria Estadual da Fazenda e da Companhia de Processamento de Dados (Procergs), deu o passo inicial autorizando a emissão da primeira NF-e do Brasil no dia 14 de setembro de 2006. Daquele dia até hoje foram autorizadas mais de 300 mil notas fiscais eletrônicas no estado, número que representa mais de 60% dos documentos do mesmo tipo emitidos em todo o Brasil.

No cenário nacional, a NF-e teve origem durante a discussão dos projetos estaduais no Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat). Na esfera estadual, o debate surgiu da necessidade de padronização nacional dos modelos eletrônicos a serem adotados, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 42/2003, que procura reforçar a cooperação entre as Gestões Tributárias Estaduais e Federal. No início do projeto, 19 grandes empresas foram voluntárias.

No estado, a nota fiscal eletrônica surgiu com base em projetos que buscavam meios seguros de receptionar, armazenar e tratar registros eletrônicos, como o Programa de Recenseamento da Nota Fiscal (PRN/Sintegra) e o ICMS Eletrônico (eICMS). Um dos principais ganhos é a inibição da sonegação, estimulando

do o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, ampliando a equidade fiscal e reduzindo o custo operacional das empresas.

Como proposição de empresas consultadas, o estado estabeleceu a necessidade de criação de um documento fiscal com requisitos de segurança próprios de uma versão eletrônica. Gerou o aumento de competitividade da economia gaúcha.

Validade jurídica

O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) traz em seu cerne a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que substitua o sistema tradicional de emissão do documento fiscal em papel. A validade jurídica do documento digital é garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco. “A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) instituirá mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e as administrações tributárias”, argumenta Júlio César Grazziotin, diretor da Receita Estadual.

Como funciona

Ao emitir notas fiscais eletrônicas, a empresa gera um arquivo com as informações constantes na nota fiscal e transmite pela internet os dados para a Receita Estadual. Esta valida o arquivo e “autoriza” on-line a emissão da nota fiscal. Toda a transmissão é feita em ambiente seguro pela internet, com a utilização de certificados digitais que garantem autoria, integridade, autenticidade e sigilo das informações transmitidas.

No momento em que é autorizada, a NF-e é repassada para a Secretaria Estadual da Fazenda do destinatário indicado na nota fiscal e, também, para a Receita Federal, onde todas as NF-e do Brasil são armazenadas. As empresas destinatárias das mercadorias recebem uma cópia impressa que representa a nota fiscal eletrônica. Esse documento auxiliar é chamado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) e traz impresso uma chave de acesso que permite ao destinatário consultar, pela internet, na Secretaria da Fazenda que autorizou a NF-e ou na própria Receita Federal a autenticidade do documento.

O sistema permite um acompanhamento on-line de todas as operações realizadas. “A celeridade no acompanhamento das operações permite uma redução da ocorrência de fraudes. Porém, acima de tudo, é um projeto que traz mais benefícios para as empresas pela simplificação dos processos de emissão, guarda e armazenamento dos papéis associados à emissão das NFs”, afirma Graziotin. Grandes emissores de documentos fiscais são, numa primeira fase, os maiores beneficiados com a adoção do projeto, pois se estima que o custo das empresas com obrigações acessórias pode chegar a 5,8% do seu faturamento.



Júlio César Graziotin
Diretor da Receita Estadual

Benefícios da NF-e

Para o contribuinte vendedor (Emissor da NF-e):

- redução de custos de impressão, na aquisição de papel, no envio do documento fiscal e na armazenagem de documentos fiscais;
- simplificação de obrigações acessórias, como a AIDF;
- redução de tempo de parada de caminhões em postos fiscais de fronteira;
- incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B).

Para o contribuinte comprador (Receptor da NF-e):

- eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;
- planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da nota fiscal eletrônica;
- redução de problemas com escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;
- incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B).

Para a sociedade:

- redução do consumo de papel, com impacto positivo sobre o meio ambiente;
- incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
- padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à nota fiscal eletrônica.

Para as administrações tributárias:

- aumento da confiabilidade do documento fiscal;
- melhoria no processo de controle e gestão tributários, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre as administrações tributárias;
- redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal desenvolvidos no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), pelas Receitas Estaduais e Federal.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do RS e Receita Estadual

A necessária modernização administrativa

MARIA LEONOR LUZ CARPES

Secretária da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul

Muito mais do que econômica, a crise que hoje atinge o estado do Rio Grande do Sul decorre da dificuldade de efetivar reformas estruturais capazes de promover a transição para um novo tipo de gestão, arrojada, moderna e voltada não apenas para administrar o presente, mas, sobretudo, para soluções do futuro. Resulta disso o descompasso entre as estruturas administrativas e as condições para o atendimento das reais necessidades do conjunto da sociedade. Diante desse quadro, a modernização administrativa se faz mais do que necessária, ela é inevitável.

Consolidar e aprofundar o processo de reforma e modernização é o grande desafio para o governo gaú-

cho nos próximos quatro anos. A substituição definitiva do modelo burocrático, ultrapassado e incapaz de responder afirmativamente às grandes questões que se estabeleceram é uma necessidade imperativa para a garantia da continuidade do processo de desenvolvimento sócio-econômico.

O desenvolvimento passa pela qualidade nos serviços públicos, por uma reestruturação das organizações e pela qualificação dos recursos humanos, buscando tornar os serviços mais eficientes e de fácil acesso ao cidadão.

A eficiência está intimamente ligada à transparência na execução das ações de governo, ampliando-se a rede de informações, com comunicação clara



Maria Leonor Luz Carpes
Secretária da Administração
e dos Recursos Humanos do
Rio Grande do Sul

e rápida entre os diversos órgãos, de modo a proporcionar maior acesso às informações, garantindo, ainda, a segurança e o controle na gestão.

Nesse contexto, foi construído o projeto de reorganização da estrutura administrativa do Poder Executivo, convertido na Lei Estadual nº 12.697, de 4 de maio de 2007, publicada no *Diário Oficial* do estado, que busca o fortalecimento do estado como agente regulador e fiscalizador. O texto legal consolidará o estado gestor e permitirá ao poder público uma administração flexível e eficiente, fortalecendo a execução de políticas sociais, de programas e ações de saúde, educação, saneamento e habitação, além de garantir uma prestação de serviços eficientes e de qualidade, em que a prioridade seja a satisfação dos clientes, que são os cidadãos contribuintes, mantenedores da máquina administrativa. Para atingir as metas pretendidas, é preciso contar com o apoio da sociedade nas questões que lhe forem pertinentes, de modo a retornar-lhe produtos eficazes e eficientes.

Consoante com o exposto na justificativa que acompanhou o projeto, o novo desenho administrativo do Governo do Rio Grande do Sul é uma ação que complementa as medidas adotadas pela atual gestão e que trouxeram a redução dos gastos da administração, sem que

com isso tenha se operado a perda da qualidade do atendimento público.

Ainda, para ampliar o nível de satisfação do cidadão com os serviços prestados pelo estado, torna-se imprescindível a conscientização dos servidores públicos quanto ao seu papel, o que será realizado por meio de uma política de formação profissional, além do intercâmbio de experiências organizacionais e de administração pública.

A consolidação da modernização do estado por intermédio de uma gestão pública focada nos resultados, na qual a organização administrativa não condiciona os processos e produtos a serem alcançados, é nosso próximo desafio. Concentrar investimentos em setores básicos, promovendo uma oxigenação nas diversas atividades da administração pública, com investimentos em tecnologia e profissionalização do funcionalismo, resultará numa administração competente e eficaz, que priorizará a satisfação dos contribuintes.

A meta permanente a ser perseguida e implementada é a mudança de cultura quanto ao que significa modernizar a administração pública estadual, reestruturá-la para atender a população com serviços de melhor qualidade e com mais eficiência, apoiando essa determinação em alicerces firmes, visando a uma prática de governo em que o estado não tenha fim em si mesmo, mas sim que de sua ação resulte o grande desafio que se impõe: o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul.

Modernizando e informatizando Roraima garante o futuro capacitando servidores

Ascom/Segad

O crescimento do estado exige cada vez mais uma dinâmica administrativa voltada à modernização, amparada sempre pelo avanço tecnológico. Essa é a meta principal de uma das secretarias mais importantes do Governo do Estado de Roraima, que tem sob sua responsabilidade o controle de pessoal, patrimônio, Programa Habitacional do Servidor, manutenção da frota de veículos, compra de peças para reposição e distribuição de combustíveis.

Essa é a Secretaria de Gestão Estratégica e Administração (Segad). À sua frente, desde janeiro passado, está a advogada Ana Lucíola Vieira Franco, que assumiu a árdua tarefa de modernizar e informatizar todos os setores. “Essa duas coisas caminham hoje paralelas”, enfatiza Lucíola, completando que “esse foi o trabalho que me comprometi a realizar, desde que fui convocada pelo governador Ottomar de Sousa Pinto”.

A partir do segundo semestre deste ano, ela pretende ver alcançada a meta de excelência no atendimento ao cidadão que diariamente procura aquela importante pasta do governo roraimense. Esse trabalho foi iniciado pelo sistema de folha de pagamento, estendendo-se pelos Departamentos de Recursos Humanos, Protocolo, Patrimônio e Transportes.

Nova fase

A folha de pessoal era gerida por um sistema totalmente obsoleto e, claro, alvo de muitas reclamações. “Estamos entrando numa nova fase com a implantação de um software de última geração”, comenta a secretária. Essa medida, segundo ela, é o fim dos transtornos ocasionados pela defasagem de equipamentos de informática. “O trabalho que realizamos em 15 dias ou mais será feito em questão de minutos.”



Ana Lucíola Vieira Franco
Secretária de Administração
do Estado de Roraima

O novo sistema está implantado, com o histórico de todos os funcionários efetivos do estado, de forma a não se ter problemas futuros com cálculos de quaisquer tipos de verbas a que o servidor tenha direito. “O sistema era muito antigo e apresentava inúmeras inconsistências; hoje podemos dizer que os erros são praticamente inexistentes”, comemora a secretária Ana Lucíola, ao falar da novidade.

Antes, os cálculos de rescisões contratuais ou de quaisquer outros tipos de verbas reclamadas pelo servidor eram feitos à mão. “Levavam-se dias. Por conta disso, temos centenas de processos ainda em aberto, aguardando a finalização de cálculos”, lamenta Lucíola. Até essa modernização, a Segad não tinha como fazer o cruzamento de dados dos servidores para detectar irregularidades. “Agora isso é fácil e prático. Sabemos com rapidez a situação de qualquer servidor”, enfatiza Ana Lucíola.

Controle total

Se para o sistema de folha de pagamento o transtorno chegou ao final, igualmente se pode afirmar com relação ao Departamento de Gestão Logística, que cuida do patrimônio do estado de Roraima. Não havia um controle efetivo antes, tudo era feito manualmente e de forma precária. A primeira etapa foi concluída com a digitalização de todas as velhas fichas patrimoniais, de forma a facilitar hoje a busca on-line. A partir de agora, todos os setores farão um controle efetivo do seu patrimônio, até em caso de remoção ou cessão de um bem a outro departamento ou secretaria.

Segundo os técnicos, esse trabalho facilitará o con-

trole, uma vez que se terá on-line uma ficha de transferência ou de catalogação a ser preenchida no caso de um novo bem móvel ou transferência. “Esse trabalho é importante para se saber qual a realidade física e financeira do patrimônio existente hoje em nosso estado”, comentam.

A informatização vai compreender todos os bens móveis do estado e evitará aquela constante peregrinação dos funcionários, que realizam levantamento e catalogação de bens, para saber onde se encontra esse ou aquele objeto, uma vez que foi cedido a outro setor sem um documento de transferência.

A frota de veículos do estado, por secretarias, também será alvo desse trabalho. Agora será fácil saber quantos e que tipos de veículos, quais as marcas, ano, estado de conservação e onde se encontram todos eles. Aliás, em se falando de veículos, a informatização chegou também ao Departamento de Transportes, onde será implantado um software que vai gerenciar o controle de combustível, manutenção e reposição de peças e permitir que cada secretaria tenha um total controle sobre seus gastos e veículos.

“Dessa forma, o estado terá uma economia fantástica, além de dispor de um controle efetivo sobre os gastos da frota”, comenta a secretária, adiantando: “Com isso, vamos saber diariamente a quilometragem que os veículos rodaram, a quantidade de combustível consumida, reposição de peças, onde os carros estão, o período em que foi feita a manutenção, conservação e outros itens importantes. Enfim, vamos ter um controle de quanto cada secretaria gasta”, comenta a secretária Ana Lucíola.



Antonio Diniz

**Depois de tanto
trabalho, o crédito.**

**ESPECIAL PARA VOCÊ,
SERVIDOR PÚBLICO.**

- **Crédito rápido**
- **Menores taxas do mercado**
- **Melhores prazos para pagamento**

BANCRED



Santa Catarina descentraliza para economizar e promover desenvolvimento

Ascom/SEA

Modernizar a gestão pública, de modo a ampliar a eficiência e a eficácia da máquina administrativa e reduzir o custo do estado, mediante a implantação de mecanismos efetivos de controle e otimização de gastos - são estes os principais desafios impostos ao secretário da Administração de Santa Catarina, o advogado e professor de Direito Antônio Marcos Gavazzoni, de 33 anos, o mais jovem integrante do colegiado estadual.

Para levar a cabo a espinhosa missão, cujo sucesso encara como pedra basilar do seu segundo mandato, o governador Luiz Henrique da Silveira escolheu o novo colaborador levando em conta seu perfil eminentemente técnico e sua elogiada atuação como gestor público em prefeituras importantes na região oeste do estado, como Chapecó, a cidade-pólo, e Xanxerê, onde Gavazzoni nasceu.

Em ambos os casos, resultados concretos ainda no decorrer deste ano são considerados essenciais para a consolidação do programa (pioneiro no Brasil) de descentralização administrativa implantado por Luiz Henrique logo que assumiu seu primeiro mandato, em 2003, e cuja etapa complementar começou a ganhar corpo com a aprovação da terceira reforma administrativa - da qual Gavazzoni foi um dos principais artífices - pela Assembleia Legislativa, em abril deste ano.



Com a descentralização, o Governo do Estado assumiu o papel de promotor e incentivador do desenvolvimento estadual, de forma equilibrada, mediante a atuação das 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), que têm como missão fomentar o desenvolvimento de Santa Catarina em estreita colaboração com instituições sociais e econômicas de cada região.

Nesse sentido, afirma Gavazzoni, a Secretaria de Estado da Administração deverá atuar como um instrumento técnico capaz de viabilizar na prática os objetivos propostos pela política de descentralização. “Vamos aliar a reconhecida capacidade do nosso corpo técnico à adoção de conceitos modernos de gestão administrativa para alcançarmos este ano uma redução de 30%

Antônio Marcos Gavazzoni
Secretário de Administração
do Estado de Santa Catarina

no custeio da máquina, em relação aos valores desembolsados em 2006, assim permitindo ao governo investir esses recursos no desenvolvimento estadual”, explica.

Além disso – prossegue Gavazzoni –, “substituindo procedimentos burocráticos tradicionais pela informatização e outros modernos instrumentos de gestão vamos dar mais agilidade, mais eficácia e mais transparência ao governo como um todo, aproximando-o cada vez mais do cidadão, conforme o propósito manifestado pelo governador Luiz Henrique”.

Ele cita como exemplo da modernização tecnológica na administração pública a implantação definitiva, prevista para este ano, do Governo Eletrônico, interligando on-line todos os órgãos da administração estadual e disponibilizando informações, também via internet, ao cidadão.

Simultaneamente, ao lado do choque de gestão, ferramentas modernas como informática e telemática serão também empregadas para reduzir custos das rubricas de despesas fixas mais onerosas ao governo, como pessoal, diárias, energia elétrica, telefone, veículos, combustível, locação de imóveis e materiais de uso e consumo, entre outras. Os processos licitatórios estão sendo descentralizados e já é adotado, como norma, o pregão, eletrônico ou presencial, para dar mais transparência e publicidade às compras e contratações governamentais e, assim, baratear custos.

As ações objetivas visando à redução do custeio da máquina administrativa tiveram início em 12 de janeiro deste ano, com a criação dos Comitês de Acompanhamento e Controle de Custos, proposta por Gavazzoni e aprovada pelo Grupo Gestor (órgão inter-setorial integrado pelo governador, pelo vice e pelos secretários e por técnicos das Secretarias da Administração, Fazenda e Planejamento, encarregado de acompanhar e controlar a evolução das finanças do estado).

Desde essa data, cada comitê temático está empenhado em formular alternativas de economia e estabelecer metas em suas áreas específicas de atuação, posteriormente submetidas à apreciação do Grupo Gestor. Entre as principais medidas deflagradas até o momento, desta-

cam-se, na área das comunicações, a redução do número de telefones celulares, a implementação de uma central virtual, ligando por meio de ramais todos os órgãos estabelecidos no Centro Administrativo, e a proposta de adoção do sistema de Correio Eletrônico PAE.

O controle da frota (própria e locada) será integralmente feito pelo Sistema CVC Custos, que hoje atinge apenas 30% dos veículos; as locações serão normatizadas com o estabelecimento de critérios específicos quanto a tipo e função de cada veículo; os fornecedores de combustível serão licitados e o abastecimento será submetido a gerenciamento.

A meta de se reduzir este ano 10% do que foi gasto pelo governo com energia elétrica em 2006, representando uma economia de R\$ 3,1 milhões, já apresentou os primeiros resultados: com a revisão dos 80 contratos mais onerosos, em janeiro, o governo deixou de desembolsar R\$ 1 milhão. A revisão de contratos terá prosseguimento, ao mesmo tempo em que estão sendo negociados com a Celesc (estatal fornecedora de energia elétrica em Santa Catarina) a instalação de capacitores em unidades que pagam por ajuste de fator de potência, a troca de equipamentos obsoletos e a adoção de novos projetos de iluminação. Com o mesmo fim, estão sendo revistos os contratos de água e saneamento.

Também em andamento, a revisão de todos os contratos de prestação de serviços deve reduzir a terceirização em todos os órgãos de modo a baixar o gasto com esta rubrica, de R\$ 115 milhões em 2006 para R\$ 30 milhões este ano. Igualmente, teve início o corte de gastos com locações. De imediato, estão sendo rescindidos contratos referentes ao aluguel de 10 imóveis (equivalentes a 4,8% dos 208 imóveis locados pelo Governo do Estado), ocupados por unidades e setores de Secretarias de Estado, que serão transferidos para prédios próprios. Somente essa iniciativa representará uma economia superior a 21% sobre o gasto com locações em 2006. Uma redução de mais 10% deverá ser alcançada com a reavaliação, revisão e renegociação de outros contratos.

O comitê temático encarregado da revisão e padronização de editais e contratos realiza a revisão dos contratos em vigor e dos procedimentos licitatórios, rescindindo contratos em que não é possível a renegociação de preços com os fornecedores. Nesses casos, as necessidades da administração são supridas mediante contratações de emergência, realizadas com redução de quantitativos e preços. Como já se disse acima, estão sendo ampliadas as possibilidades de utilização do pregão como instrumento de contratações, ao mesmo tempo em que se promove a descentralização das licitações, transferindo-as para o âmbito das SDRs.



Reunião do Grupo Gestor

A eficiência da gestão pública

Ascom/SGP

A busca da competência administrativa e o aprofundamento do controle do Estado pela sociedade estão entre os principais desafios que se impõem hoje aos modernos administradores públicos. Ao criar a Secretaria de Gestão Pública no estado de São Paulo e incumbi-la de ser o órgão responsável pela busca da qualidade dos serviços públicos implementados, o governador José Serra demonstra a importância que atribui a essa pasta.

Em seu discurso de posse, o governador Serra fez questão de ressaltar essa correlação e adiantou sua visão de como democracia, ética e a coisa pública estão intimamente relacionadas. “A população cobra de nós eficiência, respeito à coisa pública, honradez”, afirmou em seu discurso. “Desenvolvimento e justiça social e São Paulo exigem competência administrativa, relação cooperativa entre os poderes, diálogo com a sociedade, proximidade com os municípios...”, destacou mais adiante. Serra disse ainda que é preciso “ter a coragem de ousar, enfrentando interesses quando for preciso, aumentando o controle do Estado pelo Estado, e estimulando o controle do Estado pela sociedade”.

Escolhido para comandar essa nova pasta, o secretário Sidney Beraldo resume um dos seus principais escopos. “Nossa meta é melhorar a qualidade dos gastos e dos serviços públicos e ampliar o acesso da população a esses serviços oferecidos pelo estado. Queremos melhorar a gestão, em última instância, para que mais e melhores serviços sejam produzidos da forma mais eficiente possível”, acrescentou.

Para atingir esse objetivo, a Secretaria de Gestão pretende promover o modelo de gestão por resultados. É objetivo da pasta implementar formas de mensuração e avaliação periódica dos compromissos de resultados assumidos pelas instituições públicas do estado. “Queremos deslocar o nosso foco para os resultados”, explica Beraldo.



Cúpula de processamento de dados da Prodesp, empresa vinculada à Secretaria de Gestão Pública de São Paulo



**Posto do Acessa São Paulo,
programa de inclusão digital
do estado de São Paulo**



**Poupatempo - acesso a mais
de 400 serviços e 11 postos
fixos instalados na capital**

Dentro dessa perspectiva, a Secretaria de Gestão Pública definiu como sua missão “fortalecer a capacidade de governar, promovendo inovação, competências e pessoas na esfera governamental com foco nas necessidades providas pelo Poder Público aos cidadãos”.

De acordo com o decreto de sua criação, cabe à Secretária de Gestão Pública a formulação e o controle da execução da política de Recursos Humanos do estado e das políticas para a transformação e melhoria da qualidade dos serviços públicos da administração estadual. Também cabe à nova pasta a formulação de diretrizes e o controle das atividades de informática do estado, com o intuito de estabelecer novos processos de trabalho que resultem na desburocratização, integração, simplificação, inovação, agilidade e transparência do governo e dos serviços.

Gestão de pessoal

Uma das competências principais da secretaria, a Gestão de Pessoal, será responsável por uma multiplicidade de ações. Entre elas, destaca o secretário Beraldo, está dar atenção à capacitação do servidor público e o fortalecimento de uma cultura gerencial pró-ativa, voltada à produção de resultados. Segundo o secretário, também é preciso estimular as competências, atraindo novos talentos para o âmbito estadual.

Na área da tecnologia de informação e comunicação, a secretaria conta com a Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de SP), que administra o Programa Poupatempo. Nos postos do Poupatempo, a população já tem acesso a mais de 400 serviços, entre os quais a emissão de carteira de identidade, atestado de antecedentes criminais, carteira de trabalho e renovação de carteira de motorista e outros.

Atualmente, o Programa Poupatempo possui 11 postos fixos instalados na capital, na Grande São Paulo e no interior do estado, e sete unidades móveis, que prestam atendimento itinerante. Com foco constante no cidadão, seu padrão de excelência na prestação de serviços é amplamente aceito pela população do estado,

tendo recebido 99% de aprovação dos usuários em pesquisa realizada pelo Ibope Opinião.

Mais uma ação gerida pela Prodesp é o Acessa São Paulo, o programa de inclusão digital do estado de SP, que conta com 406 postos instalados em 353 municípios, voltado principalmente para jovens de baixa renda. Esse programa desenvolve atividades importantes para a inclusão digital como produção de conteúdo digital e não-digital para a capacitação e informação da população atendida, divulgação e facilitação do uso de serviços de governo eletrônico, promoção de ações presenciais e virtuais que possam contribuir para o uso da internet e das novas tecnologias, produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Compete também à Secretaria de Gestão Pública zelar pelo desenho institucional da macroestrutura do governo estadual. Isso significa buscar modelos e arquiteturas organizacionais que, da melhor maneira, produzam mais resultados para a Administração Pública, apoiar a contratualização de resultados das organizações públicas e implementar políticas que promovam a melhoria no atendimento aos cidadãos e dos serviços públicos.

Primeiras ações

Entre as primeiras ações em execução pela secretaria está o cadastramento dos servidores e empregados públicos da ativa. Determinado pelo governador José Serra, o cadastramento representa um avanço importante na concepção de como o estado paulista pretende implementar a gestão de pessoal. Com um cadastro geral e único dos servidores da ativa, composto de dados padronizados sobre a força de trabalho, será possível, segundo o secretário Beraldo, “ampliar as políticas de valorização e capacitação dos servidores, aproveitando melhor os nossos recursos humanos”, explica. Outra meta será fazer o correto realocamento dos funcionários, cobrindo áreas carentes, além de criar um banco de competências para aproveitar melhor o potencial dos servidores.



Sead melhora aproveitamento dos recursos públicos de Sergipe

Ascom/Sead

As dificuldades de qualquer administração pública passam pelo aproveitamento dos recursos disponíveis. Por isso, a contenção de despesas e o controle de resultados no serviço público foram as primeiras medidas anunciadas pelo governador Marcelo Déda, assim que assumiu o estado, no início de 2007. A concepção partia do princípio de que, para honrar com os compromissos do estado e manter a máquina funcionando a contento, o governo precisava assumir o desafio e aderir a todas as ferramentas que colaborassem na redução dos custos.

O secretário de Administração do Estado de Ser-

gipe, Jorge Alberto, estava ciente de que precisava superar a “fase mágica” das administrações estaduais - onde o dinheiro não acaba - e não permitir que a conta do descontrole financeiro fosse empurrada para seus sucessores ou para a União, ficando os cidadãos entregues a serviços de péssima qualidade. Por isso, na disposição de oferecer um melhor aproveitamento nas finanças públicas, a Sead de Sergipe deu continuidade a um processo que envolve aquisição de bens e serviços com vistas ao seu aperfeiçoamento ao longo de sua gestão, visando a promover uma economia viável e sem grandes impactos para a população.



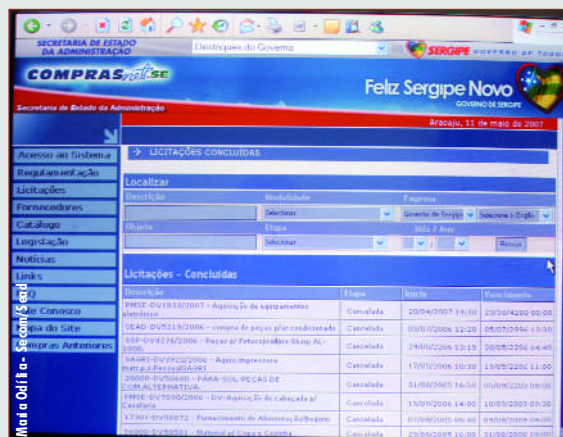
Jorge Alberto
Secretário de Administração do Estado de Sergipe

Medidas

O Portal ComprasNet.SE surgiu em novembro de 2003. No entanto, inicialmente, se prestava apenas à divulgação das licitações, dispensas de licitação e inexigibilidades, tanto da Administração direta quanto da Indireta. No primeiro trimestre de 2004, criou-se a Superintendência-Geral de Compras Centralizadas (SGCC). No primeiro ano de sua existência, a SGCC empreendeu esforços em mudar radicalmente todo o processo de aquisição de bens e serviços até então praticado no estado de Sergipe.

Pregão

Uma das alternativas para este projeto foi a instauração do pregão eletrônico como medida preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns. Isto se deu em decorrência dos aspectos positivos agregados a essa modalidade. Esse procedimento acarretou o aumento da disputa, tanto pelo fato do uso da internet dispensando a presença física dos participantes quanto pela



própria logística da modalidade, conhecida também por leilão reverso, com a qual os participantes dispõem de um tempo a fim de diminuir progressivamente seus valores propostos, o que, invariavelmente, reduz consideravelmente as despesas da Administração Pública.

Centralização dos processos

A centralização dos processos de compras também foi uma alternativa que atendeu satisfatoriamente. Partindo de um simples "painel" eletrônico para a divulgação das aquisições estatais de bens e serviços, o Portal ComprasNet.SE evoluiu para um espaço destinado especialmente às contratações diretas (dispensas de licitação), seguindo a logística dos pregões eletrônicos.

"Este foi um procedimento que, além da economia,

possibilitou um avanço na relação entre governo e sociedade, uma vez que houve um aumento da transparência das ações governamentais que permitiu que a sociedade pudesse tomar conhecimento de como o dinheiro público estava sendo usado; e, principalmente, possibilitou que mais fornecedores pudessem contratar com o governo", observou o secretário Jorge Alberto.

Centralização das contratações

Após consolidar a centralização da aquisição dos bens e serviços, a SGCC rumou em busca da centralização das contratações. Em princípio, iniciou-se a implementação do Sistema de Registro de Preços (SRP), via pregão eletrônico, inaugurando uma nova fase na cultura licitatória de Sergipe. O SRP é bastante atrativo para o estado porque permite acabar com a "cultura de estoque", que já se mostrou ineficaz, uma vez que propicia basicamente o desperdício de materiais e/ou o estrago de produtos perecíveis, por exemplo; além de permitir uma economia de escala, uma vez que os produtos são adquiridos para todo o estado e cada contratação tem validade de um ano. Assim, há uma economia de tempo e de esforços igualmente, visto que há a realização de um único processo licitatório e os produtos podem ser adquiridos parceladamente enquanto a ata do Registro de Preço estiver vigente.

Ainda com o intuito de centralizar as contratações, a SGCC alterou sua



estrutura, criando gerências específicas para a administração dos contratos centralizados, cuja regulamentação dispunha, entre outros, sobre o papel da Sead como gerenciadora dos contratos centralizados, dando-lhe diversas prerrogativas para seu cumprimento fiel, além de listar quais objetos estariam sujeitos às contratações centralizadas.

Logo, diversos contratos centralizados foram celebrados e suas vantagens, assim como as de Registro de Preço, apresentaram uma economia de grande escala.

Benefícios

Entre os contratos celebrados estão aqueles de manutenção de veículos. Eles representaram um grande avanço, pois tornaram mais ágil o conserto dos veículos do estado, já que compreendem não só o serviço de manutenção propriamente dito, mas também a aquisição de peças e acessórios que sejam necessários ao efetivo conserto. Um grande problema que existia antes desses contratos é que os órgãos se utilizavam freqüentemente de dispensas de licitação para tal. Dessa forma, a prática, quando não se mostrava imoral, era revestida de uma total eficiência e eficácia. “Hoje, ganhou-se em agilidade, em transparência, já que as exigências da licitação asseguravam que o licitante vencedor estivesse realmente apto a fornecer um serviço de qualidade e de presteza, permitindo, concomitantemente, redução das despesas com a manutenção dos veículos”, pontuou o secretário.

Uma outra contratação centralizada de grande valor para o estado de Sergipe foi referente ao fornecimento parcelado de combustíveis. Ao se analisar o objeto contratado, o superintendente de compras Márcio Zilberman salienta alguns dos benefícios para o estado. “Este procedimento prevê que a contratada forneça diversos tipos de combustíveis para atender às necessidades de todos os órgãos-aderentes, distribuindo esses combustíveis em 11 bases de abastecimentos de propriedade do Poder Executivo estadual. Além disso, todos os equipamentos necessários (tanques, bombas, bicos, etc.) foram disponibilizados pela contratada, que passou a arcar igualmente com sua manutenção.”

Mais um grande atrativo dessa contratação foi a implementação de algo inédito: um sistema informatizado do consumo de combustíveis. O superintendente ressalta que atualmente a Sead de Sergipe está concluindo o processo que permitirá que todos os veículos do estado tenham seu controle de consumo de combustíveis totalmente informatizado. “Com isto, os abastecimentos clandestinos serão coibidos, já que o sistema impede o abastecimento de qualquer veículo que não pertença ao estado, ou que não lhe esteja servindo. Este é mais um procedimento que reduz o desperdício, porque é possível saber exatamente a quantidade de combustíveis consumida e como esse consumo está distribuído nos órgãos-aderentes”, ressalta o secretário. Esse controle se dá até internamente em cada órgão, uma vez que é possível dividir a frota em diversas subfrotas, tornando o trabalho de acompanhamento mais eficiente.

Outro ponto é a economia resultante dessa contratação. Atualmente, o valor desembolsado pelo estado é de R\$ 2,3517 para a gasolina comum e R\$ 1,8222 para o óleo diesel, um valor considerado abaixo da média paga pelo consumidor final, tendo em vista que o mercado de varejo oferece em Sergipe gasolina a preços que variam de 2,56 a 2,62 nos postos de combustíveis. Por fim, outro diferencial desse contrato é a centralização dos pagamentos das despesas. A Sead é responsável por esse pagamento, o que evita que haja transtornos em todo o estado, caso algum órgão deixasse de liquidar suas despesas.

O secretário Jorge Alberto acredita que, no que concerne aos procedimentos de aquisição de bens e serviços, a Sead de Sergipe tem alcançado excelentes resultados. “A Secretaria de Administração do Estado de Sergipe tem dado, no dia-a-dia, bons passos na direção de um orçamento mais realista, previsível e cumprindo sua função de alocação eficiente dos recursos públicos disponíveis. Recentemente, por exemplo, conseguimos uma economia de mais de R\$ 1,1 milhão no procedimento do registro de preço para aquisição de materiais de informática. Mas este é só um exemplo, diante dos diversos resultados bem-sucedidos que a nossa secretaria tem buscado.”

Valorizando a prata da casa

Ascom/Secad

Prestes a completar dois anos de implantação, o Sistema Integrado de Consignação em Folha de Pagamento do Estado do Tocantins (Siconsig) pode ser considerado um exemplo de como é possível a organização pública conseguir excelentes produtos utilizando-se da criatividade e do talento da prata da casa - seus próprios servidores.

Implantado em agosto de 2005, o Siconsig, cuja concepção, planejamento, desenvolvimento e implantação ficaram a cargo dos próprios técnicos da Secretaria da Administração, vem sendo considerado atualmente pelos especialistas como referência tecnológica em termos nacionais.

Gerido pela Secretaria da Administração, que supervisiona e exerce o controle de todas as operações de consignação no âmbito do Poder Executivo, que vão desde a aquisição de empréstimos e participação em programas sociais até contribuições sindicais e associativas, o Siconsig, cuja principal virtude é ter o seu funcionamento totalmente em ambiente web, tem uma função social bastante relevante, ao viabilizar empréstimos de forma eficiente e segura junto às entidades financeiras, com prestações fixas e juros de mercado, livrando assim os servidores dos juros extorsivos da agiotagem ilegal.

Se por um lado os usuários acreditam no Sistema, por outro, especialistas de outros estados que visitam o Tocantins confirmam a sua credibilidade, pelos diferenciais que apresenta, como segurança e agilidade,



Sandra Cristina Gondim de Araújo
Secretária de Administração do
Estado do Tocantins



Marinaldo Oliveira Santos
Analista em Tecnologia da
Informação

consideradas as duas principais características do Siconsig.

A secretária da Administração, Sandra Cristina Gondim de Araújo, ressalta que ter apostado nos próprios servidores foi uma decisão acertada em todos os sentidos, pelos benefícios conquistados. “Com essa atitude de investir nos próprios técnicos, na chamada ‘prata da casa’, foram obtidos, entre outros benefícios, uma economia considerável para os cofres públicos, com a não contratação de consultoria externa e uma grande motivação para os técnicos envolvidos no projeto, formados no âmbito da própria secretaria.”

O analista em Tecnologia da Informação, Marinaldo Oliveira Santos, da Secretaria da Administração, que trabalhou no desenvolvimento e

implantação do sistema, explica que ele foi desenvolvido em plataforma web. “O sistema consiste em vários módulos (consignante, consignatários, consignados e unidades de RH) e gerencia em tempo real todo o processo de consignação, desde uma simples consulta de margem consignável até sua liberação, quando ocorre uma liquidação realizada por um servidor usuário. Além desses benefícios, o sistema também possibilita a emissão de diversos relatórios e o gerenciamento de usuários e conteúdos em cada um dos módulos”, informa.

O técnico enfatiza ainda que uma das principais características do sistema é a interação com a folha de pagamento. Mesmo sendo um sistema independente, ele faz uso de “webservices” para consumir dados relativos aos servidores diretamente na folha de pagamento. Dessa forma, as instituições financeiras têm acesso em tempo real aos dados do servidor. “O acesso é protegido pela Autorização Eletrônica de Inclusão de Consignação (AEIC), que garante o sigilo das informações do servidor”, explica.

O gerente do Núcleo de Consignações, Carlos Eduardo F. Sobral, explica que “a segurança oferecida pelo sistema permitiu que uma gama enorme de entidades financeiras acorresse para firmar parceria com o estado, o que proporcionou mais opções de crédito para os usuários”, informa.

Atualmente existem 58 entidades consignatárias conveniadas que utilizam o sistema, abrangendo bancos, seguradoras e associações e sindicatos representativos de servidores públicos, entre outros.

Além dos benefícios listados nessa matéria, o Siconsig ainda tem a grande virtude de subsidiar a sustentabilidade do Fundo de Modernização da Gestão Pública (Fungesp), com base na transformação dos valores referentes aos custos operacionais oriundos do processamento das consignações das entidades financeiras conveniadas nas principais receitas desse fundo, que tem por objeto financiar programas, projetos e ações voltados à modernização da gestão pública e valorização dos servidores públicos estaduais no âmbito do Poder Executivo. As entidades destinam mensalmente 1% do valor total consignado para o Fungesp, percentagem essa pré-fixada em legislação específica.

A CAPEMI MUDA, INOVA, EVOLUI.



SÓ PARA CONTINUAR A SER O QUE SEMPRE FOI: UMA EMPRESA QUE AMPARA MILHARES DE PESSOAS.

Ano após ano, a CAPEMI mantém uma imensa Obra Social que cuida de milhares e milhares de pessoas carentes. Uma tradição que vem desde a sua fundação, em 1960.

Para dar continuidade a esse trabalho, a CAPEMI está sempre se renovando, evoluindo como empresa, para atender às novas necessidades do mercado. Afinal, é do sucesso da comercialização dos seus Planos Previdenciários que nascem os recursos para o Instituto Capemi de Ação Social.

Como empresa de Seguros e Previdência, a CAPEMI protege a família dos seus Participantes. Como Obra Filantrópica, protege um número enorme de famílias carentes.

Em resumo, evoluímos sempre para não mudar as nossas origens: o ideal de cuidar bem do ser humano.



EXPEDIENTE

Revista Governança e Desenvolvimento

Conselho Nacional de Secretários de Administração — CONSAD

Endereço: SRTVS - Qd. 701 - Lote 4 - Bl. O - Entrada A

Salas 128/130 - Brasília-DF

Fone: 61 - 3226 6569 / 8151 5150 - Site: www.consad.org.br

E-mail: consad@consad.org.br

Assessora de Comunicação: Luciana Lima Costa

Secretária-executiva: Iracy Gomes Nunes

PRESIDÊNCIA

Presidente: Geraldo de Vito Junior - Mato Grosso

1º Vice-Presidente: Ricardo de Oliveira - Espírito Santo

2º Vice-Presidente: Paulo Cesar de Oliveira Jr. - Rio Grande do Norte

JUNTA FISCAL

Maria Marta R. W. Lunardon - Paraná

Paulo Henrique Saraiva Câmara - Pernambuco

Ana Lucíola Vieira Franco - Roraima

SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

Acre — Clovis Alves de Melo e Silva

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa

Alagoas — Adriano Soares da Costa

Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Patrimônio

Amapá — Haroldo Vitor de Azevedo Santos

Secretaria de Estado da Administração

Amazonas — Redomark Nunes Castelo Branco

Secretaria de Estado da Administração e Gestão

Bahia — Manuel Vitório da Silva Filho

Secretaria de Estado da Administração

Ceará — Silvana Maria Parente Neiva Santos

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Distrito Federal — Ricardo Pinheiro Pena

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Espírito Santo — Ricardo de Oliveira

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

1º Vice-Presidente do CONSAD

Goiás — Manoel Xavier Ferreira Filho

Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos

Maranhão — Maria Helena Nunes Castro

Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social

Mato Grosso — Geraldo Aparecido de Vito Junior

Secretaria de Estado da Administração

Presidente do Consad

Mato Grosso do Sul — Thie Hugser V. Santos

Secretaria de Estado da Administração

Minas Gerais — Renata Maria Paes de Vilhena

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Pará — Maria Aparecida Barros Cavalcante

Secretaria de Estado da Administração



Paraná — Gustavo Maurício F. Nogueira

Secretaria de Estado da Administração

Paraná — Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Pernambuco — Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretaria de Estado da Administração

Piauí — Maria Regina Sousa

Secretaria de Estado de Administração

Rio de Janeiro — Sérgio Ruy B. Guerra Martins

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Rio Grande do Norte — Paulo César Medeiros de Oliveira Jr.

Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos

2º Vice-Presidente do CONSAD

Rio Grande do Sul — Maria Leonor Luz Carpes

Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Roraima — Ana Lucíola Vieira Franco

Secretaria de Estado da Administração

Rondônia — Valdir Alves da Silva

Secretaria de Estado da Administração

Santa Catarina — Antônio Marcos Gavazzoni

Secretaria de Estado da Administração

São Paulo — Sidney Beraldo

Secretaria de Estado de Gestão Pública

Sergipe — Jorge Alberto Teles Prado

Secretaria de Estado da Administração

Tocantins — Sandra Cristina Gondim de Araújo

Secretaria de Estado da Administração

REVISTA

Produção, edição e redação

Luciana Lima - 61 8407.9850

jornalismo10@hotmail.com

Projeto gráfico e diagramação

Jorge Ribeiro

contato@edatcomunicacao.com.br

Matérias dos estados

Agradecemos à comunicação das Secretarias de Administração pela colaboração e envio das matérias de seus respectivos estados.

consad@consad.org.br

Mais de 1,2 milhão de funcio



todas as carreiras públicas e regimes jurídicos

Ergon - Gestão do Capital Humano

- Gestão integrada de RH e Folha
- Otimização do uso da força de trabalho
- Automação de processos e procedimentos
- Diminuição de custos
- Auditoria contínua da Folha de Pagamento



**Melhor Solução de RH
para Setor Público**